

# TRANSPARÊNCIA TOTAL



O reforço da transparência e o controlo das contas dos partidos políticos e das campanhas eleitorais é o objectivo central do projecto do PS sobre o financiamento partidário. Em defesa da democracia, os socialistas avançam com um conjunto de princípios enquadramentos da reforma do sistema político que se pretende mais próximo dos cidadãos e menos vulnerável a quaisquer suspeições.

► Páginas 3 e 4

## FERRO NA IS

**LUTA CONTRA O TERRORISMO DEVE RESPEITAR DIREITO INTERNACIONAL**

► Página 15

**SOCIALISTAS CRITICAM DUPLA PRESIDÊNCIA PARA A UE**

► Página 14

## ENTREVISTA A CAPOULAS SANTOS

**POLÍTICAS ERRADAS LESAM AGRICULTORES**

► Página 10



# A SEMANA REVISTA

A Comissão Política do PS aprovou os princípios fundamentais do projecto de lei de Financiamento dos Partidos Políticos e das campanhas eleitorais.

O Partido Socialista foi o primeiro partido a apresentar no Parlamento uma iniciativa legislativa visando uma nova lei dos partidos políticos.

Foi aprovado por unanimidade na Assembleia da República um projecto de lei do Partido Socialista sobre direitos de autor dos jornalistas.

O Partido Socialista requereu à ministra das Finanças explicações detalhadas sobre a polémica venda da Quinta da Falagueira.

Ferro Rodrigues e António Guterres participaram em Roma na reunião do Conselho da Internacional Socialista.

A reforma curricular do ensino secundário foi tema para um debate promovido pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

**FII|N|I|S|T|E|R|R|A**  
Revista de Reflexão e Crítica

**A ESQUERDA NA ENCRUZILHADA**

**Textos de** Eduardo Lourenço  
Guilherme d'Oliveira Martins  
Fernando Pereira Marques  
Joaquim Jorge Veiguiña  
Filipe Nunes

EDITORIAL

# NÃO HÁ DEMOCRACIA SEM PARTIDOS

Como tem insistentemente referido o secretário-geral do Partido Socialista, a descreditação dos partidos é um dos sinais mais preocupantes do nosso tempo. O nível muito baixo de confiança que os portugueses neles manifestam não pode ser isolado do clima mais geral de desânimo e desconfiança, na economia, na sociedade e na vida cívica, para que o actual Governo tanto contribuiu; e não pode ser igualmente dissociado do recente surgimento de “casos” envolvendo suspeitas de fuga às responsabilidades da parte de titulares de cargos públicos e de aproveitamento da ocupação de tais cargos para benefícios ilegítimos ou comportamentos à margem da Lei. Mas o facto é que a chamada classe política está mal cotada na opinião pública, e à crise de representação que já tanto perturba as democracias estabelecidas vem juntar-se um clima de suspeição generalizada, que pode ser fatal. Importa, pois, agir com firmeza e convicção para contrariar este clima. O que só se consegue com iniciativas claras para a defesa do sistema de partidos e para a correcção dos problemas que o afectam.

É que não há democracia sem partidos: não se conhece nenhuma sem liberdade e pluralidade de partidos, nem se antevê no futuro próximo que possa passar sem eles. Os partidos são, aliás, em si mesmos, instituições muito positivas: exprimem o desejo de participação cívica, organizam e racionalizam a participação, representam as pessoas, são associações livres que buscam defender interesses, realizar projectos, concretizar valores. Os muitos milhares de membros dos partidos são, em geral, cidadãos e cidadãs empenhados, que abdicam de uma parte do seu conforto para contribuir para o que entender ser o bem comum e tantas vezes servem, com espírito de missão e desinteresse, as suas comunidades, nas autarquias, nos parlamentos, na administração ou nos governos.

São também estruturas de enquadramento e mobilização, que lutam pela conquista e o exercício do poder. São sujeitos a influências de diferentes origens e intensidades. Lidam, a diferente título, com recursos públicos. Têm real capacidade de condicionar a vida das empresas, das organizações e dos particulares. Devem ser, pois, objecto de severo controlo público e fiscalização adequada. A sua estrutura e funcionamento deve ser cuidadosamente regulada, para prevenir abusos de posição e tráfico de influências.

Por isso é tão importante a iniciativa do PS de que este número do “Acção Socialista” dá conta e

que significa estar na linha da frente na reforma do sistema político, propondo designadamente uma nova lei dos partidos e uma nova lei do financiamento dos partidos. Estando disponíveis para os consensos necessários, que esta é matéria de organização do regime político, mas não abdicando dos nossos princípios de aprofundamento da democracia e da participação cívica.



AUGUSTO SANTOS SILVA

*Augusto Santos Silva*

**A chamada classe política está mal cotada na opinião pública, e à crise de representação que já tanto perturba as democracias estabelecidas vem juntar-se um clima de suspeição generalizada, que pode ser fatal. Importa, pois, agir com firmeza e convicção para contrariar este clima. O que só se consegue com iniciativas claras para a defesa do sistema de partidos e para a correcção dos problemas que o afectam.**

COMISSÃO POLÍTICA

## PS DEFENDE FINANCIAMENTO PÚBLICO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

**O PS quer uma alteração radical do financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais, de forma a que a transparência nas contas seja a regra e não a excepção. Trata-se de uma reforma profunda que, segundo Ferro Rodrigues, “é fundamental para valorizar os partidos e a democracia portuguesa”.**



A Comissão Política aprovou por unanimidade os princípios orientadores do projecto de lei de Financiamento dos Partidos Políticos, no qual se defende um “financiamento tendencialmente público dos partidos políticos e das campanhas eleitorais” e que a contribuição pública “se accentue”, ao mesmo tempo que proíbe expressamente os financiamentos anónimos, de forma a “eliminar quaisquer suspeições sobre as contas partidárias e das

campanhas eleitorais”.

Nos mecanismos de controlo, passa a ser obrigatória a publicação integral das contas anuais dos partidos e das campanhas, em “Diário da República”.

O projecto, que visa “um reforço da transparência e do controlo das contas, das receitas e despesas dos partidos e das campanhas eleitorais”,

reforça os meios de controlo por parte do Tribunal Constitucional (TC), passando este a ter “a exclusividade da apreciação e fiscalização das contas dos partidos e das campanhas eleitorais para os órgãos de soberania, das regiões autónomas e do poder local”.

Como corolário da atribuição de exclusividade de fiscalização das contas partidárias e de campanha ao TC, cessam estas funções por parte da Comissão Nacional de Eleições, que mantém “competências relativamente a todo os actos de recenseamento e de eleições”.

**Reforço das atribuições do TC**

Em consequência do reforço das atribuições do Tribunal Constitucional no âmbito do controlo e fiscalização das contas dos partidos e das campanhas eleitorais, é criado junto deste tribunal, de acordo com o projecto do PS, “uma entidade independente para o coadjuvar na apreciação e fiscalização daquelas contas”.

O projecto de lei do PS, que recebeu luz verde da Comissão Política, impõe ainda limites às

despesas de campanha, num quadro equilibrado e realista entre a necessidade de divulgação e informação sobre os programas e as candidaturas eleitorais e o limite das despesas legalmente fixadas e que estas passem a ser contabilizadas três meses antes das eleições.

Por outro lado, é reforçada a autonomia das despesas das campanhas eleitorais através da discriminação e publicitação das receitas e despesas efectuadas no âmbito dessas campanhas.

À entrada da reunião da Comissão Política que também analisou a situação política, Ferro Rodrigues responsabilizou o Governo por ter criado “um ambiente depressivo” na economia, que teve “consequências sobre o investimento e o consumo”.

O líder do PS afirmou ainda que os sacrifícios pedidos pelo Governo são “excessivos e não partilhados”, salientando que enquanto alguns vêem “os seus postos de trabalho ameaçados ou extintos”, há quem tenha “património e poder de compra forte” e continue sem pagar impostos.

J. C. CASTELO BRANCO

LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS

# PS QUER SEPARAÇÃO CLARA ENTRE CARGOS POLÍTICOS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Garantir a isenção no desempenho de cargos dirigentes na Administração Pública, incompatibilizando-os com funções directivas no universo partidário é um dos objectivos centrais do projecto de alteração da Lei dos Partidos, entregue, a semana passada, na Assembleia da República, pelo Grupo Parlamentar do PS, o primeiro a apresentar oficialmente a sua iniciativa legislativa no âmbito da reforma do sistema político.

De acordo com o projecto socialista “não podem exercer actividade dirigente em órgãos executivos dos partidos os directores-gerais e subdirectores gerais e equiparados da Administração Pública, bem como os presidentes de institutos públicos, entidades administrativas independentes ou de outras pessoas colectivas da administração indirecta do Estado”.

Além de introduzir a consideração da incompatibilidade entre a militância e os cargos partidários e o exercício de cargos públicos como a magistratura, a diplomacia, o provedor de Justiça, os membros da Comissão Nacional de Eleições, e a vida militar, os socialistas definem também as regras para a extinção dos partidos. Será extinto todo o partido que “não apresente candidatura durante um período de seis anos consecutivos a quaisquer eleições para a Assembleia da República, Parlamento Europeu e autarquias locais” ou “não proceda à anotação dos titulares dos seus órgãos nacionais num período superior a seis anos”. No que se refere à legalidade dos financiamentos, um partido também poderá ser extinto se “não apresentar as suas contas em três anos consecutivos”.

Caso este preceito seja adoptado na lei, a apresentação de contas tem que ser conforme o que já está estipulado na lei de financiamento. Os partidos serão, assim, também obrigados a apresentar contas detalhadas das suas estruturas locais.

No projecto do PS é proibida a existência de “partidos políticos armados”, “de tipo militar, militarizados ou para militares”, e de “partidos racistas ou que perfilhem a ideologia fascista”. Por outro lado, continua vedada a possibilidade de constituição de partidos regionais.

Para a criação de novos partidos, o número de eleitores mínimo sobe de cinco mil para dez mil, sendo que a conformidade legal dos estatutos deve ser reconhecida pelo Tribunal Constitucional.

Neste domínio, para os partidos já existentes, o projecto estipula que sejam feitos novos estatutos, adaptados à nova lei, num prazo de um ano.

No projecto socialista é defendida a “igualdade no exercício de direitos de homens e mulheres bem como a não discriminação em função do sexo”, assim como a promoção de condições



que “favoreçam nas suas actividades a participação de membros de ambos os sexos”. Destaque-se também a introdução da limitação de mandatos dos titulares dos órgãos partidários, que “têm a sua duração prevista nos estatutos, podendo estes fixar limites temporais à eleição ou designação para mandatos sucessivos.” Acresce salientar ainda a introdução pelo deputados do PS da obrigatoriedade de que a

eleição dos órgãos dos partidos seja periódica e por voto secreto.

## Oportunidade para mudar

Recorde-se que a actual Lei dos Partidos Políticos está vigor desde 1974, apenas tendo sofrido alterações parcelares ou aditamentos enquanto que outros diplomas que regulam matérias conexas têm sofrido mudanças

profundas, particularmente a legislação relativa ao financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais.

Na exposição de motivos, os socialistas consideram que “este silêncio ou dispersão (legislativa) não corresponde a uma avaliação positiva em relação às lógicas de funcionamento do sistema partidário. E muito menos corresponde a uma avaliação positiva da lei vigente por parte da opinião especializada: com frequência encontramos análises muito críticas à lei em vigor e a exigência da sua mudança como condição fundamental de reforma do sistema político.”

Lembram, por outro lado, que a Constituição, até à revisão de 1997, “estabelecia apenas um controlo externo dos fins e funções dos partidos ignorando, no extenso tratamento que confere aos partidos, a sua situação interna” ao mesmo tempo que se sublinha o facto de nessa revisão se ter consagrado, nesta matéria, uma norma inovadora. “Esta norma constava no projecto de revisão apresentado pelo grupo parlamentar do PS estabelece entre outras, a definição constitucional dos princípios da transparência, da organização e da gestão democráticas, como componente essencial do estatuto constitucional dos partidos com direito à participação de todos os seus membros.”

Para o PS “a revisão da lei dos partidos políticos não deverá ater-se apenas à questão do estabelecimento de regras de democracia interna e da sua fiscalização mas é a oportunidade para reflectir e introduzir neste âmbito alterações significativas.”

## INOVAÇÕES CONSTANTES DO PROJECTO SOCIALISTA

- Enquadramento da dimensão constitucional dos Partidos Políticos na realização do Estado democrático;
- Afirmção dos princípios da organização e gestão democráticas dos Partidos Políticos, da participação de todos os seus membros, da transparência e publicidade da sua actividade, bem como o da sua livre constituição;
- Estabelecimento de princípio e regras da democracia eleitoral partidária, designadamente a periodicidade e escrutínio secreto na constituição dos órgãos, assim como a igualdade de candidaturas e apreciação jurisdicionarizada da regularidade dos actos eleitorais;
- Atribuição aos Partidos Políticos de direitos e deveres de participação e reforço das suas responsabilidades públicas da formação cívica dos cidadãos e na cooperação internacional;
- Consagração do livre exercício de mandatos dos eleitos pelo partido, com o reconhecimento dos grupos parlamentares como integrantes da estrutura dos órgãos partidários;
- Controlo da conformidade constitucional dos estatutos dos Partidos no acto de constituição;
- Actualização das regras de criação, fusão e extinção dos partidos políticos;
- Reforço das regras de incompatibilidade e restrições ao exercício de funções dirigentes dos altos titulares da Administração Pública;
- Aplicação do princípio da igualdade entre homens e mulheres na vida partidária não só no acesso aos órgãos partidários como às listas de candidatura;
- Consagração do princípio da renovação partidária com a limitação dos mandatos sucessivos.

JUSTIÇA

# PS APRESENTA PROPOSTAS DE REVISÃO DO CÓDIGO PENAL

A bancada socialista apresentou esta semana um conjunto de propostas legislativas para preparar a revisão do Código de Processo Penal e aplicar leis relativas ao crime internacional e organizado. Em conferência de imprensa, o deputado do PS Jorge Lacão afirmou que os projectos de lei avançados pelo grupo parlamentar vêm regulamentar alterações consagradas na revisão constitucional e aplicar decisões da União Europeia.

Lacão frisou que, em um ano de governo de maioria de direita, o Ministério da Justiça revelou "inércia na concretização de reformas fundamentais".

Neste contexto, o PS quer uma audição parlamentar alargada para saber como o Código de Processo Penal pode ser melhorado, sejam "aperfeiçoamentos pontuais", resolução de dificuldades específicas ou mesmo mudanças de fundo no espírito da lei.

A audição pretende saber se os mecanismos criados para tornar o processo penal mais eficaz resultam mesmo, como a diferenciação entre crimes graves e menos graves.

Pretende-se, pois, "um trabalho parlamentar de longo alcance", explicou Jorge Lacão, para permitir a "máxima rentabilização" dos mecanismos de celeridade e eficácia no Código Penal, que seja agendado brevemente.

Os socialistas querem ouvir o procurador-geral da República, advogados, magistrados, polícias,



organizações de defesa dos direitos humanos e professores universitários, entre outros.

"Esperamos que a ministra da Justiça compreenda que deve ter uma atitude positiva e construtiva", afirmou Lacão.

Quanto às buscas domiciliárias nocturnas, o projecto de lei do PS vem regulamentar o que já foi determinado na última revisão constitucional, estabelecendo buscas "reguladas e com controlo judicial" em casos de flagrante delito ou criminalidade especialmente violenta e organizada, como terrorismo.

Jorge Lacão salientou que a alteração constitucional relativa às buscas nocturnas foi considerada prioritária pelo PP, mas ainda não está regulamentada.

Outro projecto de lei socialista apresentado terça-feira coloca na ordem jurídica nacional a figura do mandato de detenção europeu, uma decisão-quadro da União Europeia em que um mandato emitido por um país é eficaz em todo o espaço da UE, para combater o crime transfronteiriço.

O PS propôs ainda uma alteração ao código penal na definição dos crimes de terrorismo, também já estabelecida numa decisão-quadro da União. Os deputados socialistas avançaram igualmente com um projecto de lei que aplica uma decisão comunitária sobre a protecção de dados pessoais e privacidade das comunicações electrónicas e as situações em que esses dados podem ser usados no combate ao crime.

ONYWAY

# GOVERNO ELIMINA CONCORRÊNCIA NAS COMUNICAÇÕES MÓVEIS

O ministro da Economia extravasou as suas competências ao redistribuir gratuitamente as frequências móveis devolvidas pela OniWay aos três operadores concorrentes (TMN, Vodafone e Optimus), que em Dezembro se envolveram num negócio que conduziu ao encerramento do quarto operador antes da sua entrada no mercado.

A denúncia foi feita pelo secretário nacional do PS Luís Nazaré, que não esconde o receio de que Carlos Tavares "esteja a querer fazer da coisa pública o seu quintal".

Neste contexto, o PS entregou à mesa da Assembleia da República dois requerimentos onde não só exigem explicações ao Governo, mas solicitam, também a presença de Tavares em comissão parlamentar especializada para explicar esta decisão, e os contornos da mesma. Para o PS, segundo declarou Nazaré ao "Acção Socialista", a redistribuição da frequência do quarto operador pelos restantes operadores constituiu "um acto perfeitamente evitável e



que nada abona à gestão dos bens do Estado". É que, recordou, "as frequências são um bem público, foram sujeitas a concurso público e custaram à OniWay cem milhões de euros". Além disso, frisou, "estamos a falar de espectro que é desnecessário para a normal operação das três empresas móveis, e não é por isso que irão arrancar mais cedo com o UMTS".

O dirigente socialista salientou igualmente que o partido "manifesta total oposição à forma como esta redistribuição de frequências se fez, reiterando que é contra "a entrega gratuita de um bem público aos três operadores que objectivamente liquidaram o quarto operador". Assistimos, pois, a um "fechamento do mercado" das comunicações móveis e estamos perante um Governo que pactua objectivamente numa situação de anti-concorrência.

"No final, quando as contas forem feitas, ver-se-á que quem ficou a perder foi o consumidor", concluiu.

M.R.

**DESLOCALIZAÇÃO DE EMPRESAS**

**EXIGIDAS MEDIDAS DE URGÊNCIA PARA CASTELO DE PAIVA**

Os deputados do PS eleitos pelo círculo de Aveiro apresentaram um projecto de resolução, na Assembleia da República, recomendando ao Governo a adopção de medidas de urgência, visando promover o investimento e o combate ao desemprego na região de Castelo de Paiva e outras localidades afectadas pela deslocalização de empresas.

No projecto de resolução, os parlamentares socialistas defendem a aprovação de um Plano de Intervenção Integrado para Castelo de Paiva que promova o investimento económico na região, rentabilize a utilização racional das estruturas existentes numa perspectiva de aproveitamento dos recursos públicos já investidos, promova a criação de emprego, dê prioridade à inserção socioprofissional dos trabalhadores desempregados e melhore os níveis de qualificação e formação profissional da população activa.

Ainda de acordo com o projecto de resolução, o Plano de Intervenção Integrado deverá basear-se numa lógica de parceria público/privado, contando com a participação de entidades públicas com responsabilidade nas políticas de investimento e de emprego e formação, a autarquia de Castelo de Paiva, bem como os agentes económicos e sociais locais e regionais.

Os deputados socialistas defendem ainda, no projecto de resolução, a extensão destas medidas a outras regiões onde têm ocorrido ou se preveja que venha ocorrer o encerramento de empresas, com significativa perda de emprego, como é o caso de Figueiró dos Vinhos, no distrito de Leiria, com a empresa Gerry Weber, bem como no distrito de Coimbra, com as empresas Bagir e Sasimac.



**ADMINISTRAÇÃO DA LUSA**

**PS PEDE EXPLICAÇÕES SOBRE ESCOLHA DE COMISSÁRIO POLÍTICO**

O PS quer que o ministro Morais Sarmento vá à Assembleia da República explicar a escolha do jornalista Luís Delgado para administrador-delegado da Agência Lusa. Num requerimento, os deputados socialistas da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias pedem à presidente desta comissão que convoque o ministro para “esclarecer” a escolha e explicar se os critérios utilizados “prenunciam uma orientação geral do Governo nas nomeações para altos cargos públicos”.

No documento, os deputados do PS frisam que não se conhecem a Luís Delgado “nenhuma vocação ou experiência na gestão de órgãos de Comunicação Social que recomendem a sua designação para o seu novo e importantíssimo cargo”.

Em contrapartida, referem os deputados socialistas, “conhece-se a sua qualidade de proprietário e director do ‘Diário Digital’, o que desde logo suscita uma evidente situação de conflito de interesses com as funções para que foi agora designado”.

Os deputados do PS da Comissão de Assuntos Constitucionais criticam ainda o seu papel de comentador político, “em que se tem distinguido por uma postura militante e sectária em defesa da actual maioria e, em particular, pelo tom veemente com que se vem identificando com posições assumidamente de direita”.

O que importa, diz ainda o requerimento, é saber “se nesta escolha do Governo não esteve um propósito ostensivo e provocatório de subverter a natureza necessariamente imparcial e equidistante de um serviço público no noticioso, entregando as mais altas responsabilidades administrativas da agência Lusa não a um gestor público de reconhecidos méritos mas a um comissário político que não garante minimamente os critérios de isenção e independência subjacentes à lógica de funcionamento de qualquer serviço público informativo digno desse nome”.

J. C. CASTELO BRANCO



**HOSPITAIS**

**SOCIALISTAS QUEREM INFORMAÇÕES SOBRE NOMEAÇÕES DE GESTORES SEM CURRÍCULO**

Um grupo de deputados do PS apresentou um requerimento, em que solicita ao Ministério da Saúde um conjunto de informações sobre a nomeação de gestores para os hospitais públicos transformados em sociedades anónimas de capitais exclusivamente públicos.

No documento, os parlamentares socialistas pedem que o Ministério da Saúde lhes forneça lista, por hospital, dos nomes dos gestores (executivos) dos conselhos de administração e fiscais únicos que foram nomeados para todos os hospitais públicos transformados em sociedades anónimas, bem como cópia dos currículos de todos os gestores (executivos) e fiscais nomeados para estas unidades de saúde.

Os deputados do PS perguntam ainda quais os critérios que fundamentaram todas e cada uma das referidas nomeações.

No requerimento, os deputados do PS lembram que tem vindo a público, nomeadamente através dos órgãos de Comunicação Social, que muitos dos gestores nomeados pelo Governo não possuem currículo nem perfil adequado para o exercício da função de gestores dos hospitais públicos agora transformados em sociedades anónimas, informações estas que a serem confirmadas, terão reflexos negativos no funcionamento destas unidades de saúde.

**DESPORTO**

**GOVERNO QUESTIONADO SOBRE CÓDIGO DE ÉTICA**



O Código de Ética Desportiva anunciado pelo ministro adjunto José Luís Arnaut como “grande ideia” ou “grande novidade” esteve na origem de um requerimento de Laurentino Dias. No documento, o parlamentar do PS lembra ao governante que o Comité de Ministros do Conselho da Europa, de que Portugal é membro, aprovou em 1992 um Código de Ética Desportiva.

Ora, segundo o deputado do PS, o Estado português “comprometeu-se a dar todo o apoio a este Código de Ética”, que “fornece um sólido quadro ético para lutar contra as pressões exercidas pela sociedade moderna, que se mostram ameaçadoras para os fundamentos tradicionais do desporto como o ‘fair-play’ e o espírito desportivo”.

Neste contexto, embora considerando ser “louvável a vontade política de reforçar a defesa da ética desportiva”, o deputado do PS questiona José Luís Arnaut sobre se

“aceitará ser mais útil divulgar e defender o Código de Ética já existente - e por tantos desconhecido - que anunciar um propósito de duvidosa concretização”.

QUINTA DA FALAGUEIRA

# CONTRATO "LEONINO" PREJUDICA ESTADO

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista exigiu ontem o regresso da ministra das Finanças à Assembleia da República para esclarecer um conjunto de "dúvidas gravíssimas" levantadas pelo contrato de venda da Quinta da Falagueira, na Amadora.

Os socialistas querem saber porquê a empresa pública Sagestamo celebrou um contrato com a empresa privada Cottees em que esta última é claramente beneficiada.

"Porquê uma empresa do Estado, constituída para fazer gestão e coordenação imobiliária precisou da ajuda de terceiros (privados) para desempenhar essa mesma função", perguntam os deputados do PS, que consideram que o Governo fez "mau uso de um bem público" no caso da venda desta Quinta, não excluindo mesmo a possibilidade de ter havido "gestão danosa" dos terrenos.

As denúncias foram feitas pelo deputado Vera Jardim, que, ao lado dos parlamentares Fernando Serrasqueiro, Miguel Coelho e Hasse Ferreira, em conferência de Imprensa, na Assembleia da República, onde criticou duramente o contrato celebrado entre a empresa estatal e Vasco Pereira Coutinho (que adquiriram em parceria os terrenos), classificando o negócio de "leonino" a favor dos privados.

"Não se entende a celebração do contrato com esta entidade de mediação imobiliária (Cottees)", reiterou, referindo que a mesma desempenha apenas um papel de "consultoria vaga e genérica" e que há empresas com mais experiência no mercado.

Neste sentido, referiu Vera Jardim, "importa saber em que termos foram consultados outros



promotores imobiliários" e se foi respeitado o princípio da igualdade.

"O contrato é tão favorável ao privado, que nos interrogamos sobre se o mercado terá sido auscultado, nos termos previstos do contrato, ou seja, com as exactas condições que aí se estabelecem", disse, salientando que este "é um dado muito relevante para apurarmos as condições de transparência de actuação do Estado e para afastar a hipótese de favorecimento duma entidade privada".

O Governo, acrescentou, fez "à pressa" uma operação da qual "o Estado sai extremamente

prejudicado", uma vez que é a empresa privada que cabe a maior fatia dos lucros e à empresa estatal o pagamento de "tudo, até ao último cêntimo".

O desequilíbrio nos ganhos é evidente: "uma percentagem de 82,7 para o privado e de 17,3 para a entidade estatal", sendo que "só acima dum índice de ocupação de 0,72 por cento é que a parte do promotor passa a ser igual à do Estado". Vera Jardim salientou ainda o facto de, segundo os dados divulgados, o lucro do Estado ser tanto maior quanto maior for a alteração conseguida no Plano Director Municipal (PDM) da Amadora,

"o que é altamente criticável".

"A empresa no sentido do risco, é do Estado. O privado pouco ou nada arrisca. É caso para dizer: os ossos para um; o bife do lombo para outros", concluiu.

Vera Jardim explicou ainda que os socialistas entenderam necessária uma segunda audição parlamentar de Ferreira Leite pelo facto de só no passado dia 17 ter sido tornado público o contrato celebrado entre a Sagestamo e Consest (empresas estatais), por um lado, e a Cottees (de Vasco Pereira Coutinho), por outro.

"É que só depois de lido o contrato puderam os deputados ter uma ideia das várias questões por ele suscitadas", afirmou, lembrando ainda que parte dos elementos agora pedidos foram solicitados ao secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, em reunião na Comissão, no passado dia 14, mas, "apesar de prometidos, continuam sem ser fornecidos".

Os socialistas solicitaram igualmente o acesso ao relatório e contas dos últimos três anos de actividade da Sagestamo e a identificação do Conselho de Administração da mesma sociedade e indicações do pessoal ao seu serviço, bem como das respectivas qualificações.

Entretanto, no período de antes da ordem do dia do debate parlamentar de ontem, o deputado socialista Vera Jardim voltou à carga em relação à venda da Quinta da Falagueira para sublinhar as afirmações da conferência de Imprensa e reiterar que no negócio em questão "tudo falha", havendo "uma suspeição grave sobre o contrato", pelo que "o Governo terá de responder perante o Parlamento".

MARY RODRIGUES

PATRIMÓNIO DO ESTADO

# ALIENAÇÕES NÃO PODEM COBRIR DESPESAS CORRENTES

**O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai apresentar um projecto de lei que pretende melhorar e actualizar o quadro normativo que regula as alienações do património imobiliário do Estado por forma a acautelar os interesses públicos.**

Tornar mais transparentes as formas de avaliação/venda e as regras de construção do património do Estado é o objectivo central da proposta socialista de alteração da Lei da Alienação, presentemente com mais de seis décadas de vigência.

Na sequência da operação da transacção de imóveis do Estado em que se verificaram dois casos de venda deste a si próprio, a bancada socialista avançou com a ideia de introduzir alterações à actual legislação, estabelecendo novas regras no âmbito das quais estas operações possam verificar-se.

Como principal novidade, o projecto redigido pela deputada Leonor Coutinho propõe que seja proibido o uso da receita da venda dos bens do

Estado para pagamento de despesas correntes do mesmo.

A outra nova norma que a bancada socialista quer ver introduzida prende-se com os licenciamentos. Segundo o líder do GP/PS, a ideia é a de que não haja venda de terrenos sem que os respectivos planos directores municipais estejam aprovados. Assim, caso o diploma seja aprovado no Parlamento, o Estado só poderá "alienar património imobiliário depois de estar previamente definido o seu uso urbanístico e definidos os direitos de construção".

O projecto do PS defende que, no caso de os direitos de construção serem alterados, num prazo de em princípio dez anos, isso implique "a compensação ao Estado pela mais valia daí resultante".

A proposta socialista determina também quais os fins a que as verbas produto das alienações do património do Estado podem ser destinadas. Conforme as explicações do líder da bancada socialista, elas podem ser "ou consolidadas em fundos de capitalização do tipo do regime que existe para os fundos de pensões das Forças Armadas ou no Instituto de Gestão Financeira do Ministério da Justiça".

A outra hipótese de utilização das receitas é "a amortização da dívida pública".

Para os socialistas, "deve igualmente salvaguardar-se o tipo de pessoas e de entidades que podem adquirir património imobiliário do Estado", daí que o projecto de Leonor Coutinho estabeleça que serão excluídos dos procedimentos de alienação os concorrentes que tenham dívidas tributárias ou que não tenham a sua situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social.

A proposta do PS não pretende limitar a capacidade do Estado em ir buscar receitas extraordinárias, conforme explicou a sua autora, para quem "a alienação de património é uma boa prática desde que sejam asseguradas certas condições".

Segundo Leonor Coutinho, "é surpreendente e inaceitável que não exista legislação que acautele as condições em que as alienações são realizadas com excepção da legislação específica relativa aos imóveis afectos ao Ministério da Defesa e à Habitação Social e dos despachos normativos elaborados pelo Ministério das finanças para 2001 e 2002".

"Esta lacuna é muito grave", no entender da

parlamentar socialista, tanto mais que, salienta, "as alienações deixaram de ser esporádicas e configuram hoje um dos eixos de angariação de receitas extraordinárias para atingir as metas de redução do défice orçamental".

Neste sentido, o projecto de lei do PS visa a salvaguarda do interesse público, regendo-se pelos princípios da transparência, imparcialidade e simplicidade, acautelando ainda as "condições mínimas de informação e publicitação das avaliações, contratos e transacções".

Assim, "trata-se de uma lei que define conceitos, define os termos em que é feita a avaliação, de modo a que a avaliação não seja um saco negro em que não se perceba quais são os metros quadrados passíveis de construção que estão a ser permitidos e o preço médio por metro quadrado que está ser avaliado", esclarece a deputada.

A parlamentar do PS explicou ainda que o projecto, sendo aplicado, permitiria que "quando essas regras de 'construtibilidade' fossem alteradas, o que às vezes acontece depois da alienação do terreno, se possa ir buscar dinheiro em função da utilização real do terreno".

MARY RODRIGUES

**COMUNICAÇÃO SOCIAL**

# SOCIALISTAS REFORÇAM DIREITOS DE AUTOR DOS JORNALISTAS

A Assembleia da República aprovou, a semana passada, por unanimidade, o projecto de lei socialista que visa o reforço dos direitos de autor dos profissionais de comunicação portugueses. O diploma, apresentado pelo deputado do PS Arons de Carvalho, explicita que os jornalistas têm direitos morais e patrimoniais sobre toda a sua obra e, por isso, terão de ter sempre a possibilidade de assinar o trabalho que fazem, podendo reivindicar pagamento nos casos em que este for reproduzido sem autorização.

Para Alberto Arons de Carvalho, ex-secretário de Estado da Comunicação Social, esta iniciativa legislativa era "inadiável", dada a própria evolução dos *media*, a sua enorme mudança tecnológica, a expansão do "jornalismo electrónico" e, igualmente, a acentuação da concentração empresarial no sector.

Finalmente, frisou o parlamentar do PS, "importa realçar a evidente desactualização do articulado do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, no que concerne a esta matéria".

Explicada a questão da oportunidade do projecto, Arons referiu-se directamente ao seu conteúdo, reconhecendo que "uma parte relevante deste contém normas já enunciadas no actual Código, embora, na maior parte dos casos, de forma menos adequada à problemática do jornalismo e, sobretudo, sem as evidentes vantagens da sua sistematização e de maiores visibilidade e transparência, garantias acrescidas da eficácia prática das normas".



## NOVIDADES

- Alarga-se o regime especialmente adoptado no actual Código quanto às publicações periódicas a todos os meios de comunicação social
- São proibidas as cláusulas contratuais que consagrem a disposição antecipada do direito de autor sobre as obras que este vier a produzir por um período superior a dois anos ou excluam a possibilidade de revisão das cláusulas relativas ao direito de autor findo esse prazo
- São elencadas as cláusulas contratuais nulas e não apenas anuláveis, dada a necessidade de a matéria relativa ao direito de autor se encontrar expressamente prevista por escrito em sede contratual

Já no que diz respeito à razoabilidade e ao realismo das soluções preconizadas no diploma socialista, o deputado abordou a questão da precariedade da situação laboral de muitos jornalistas, que disse ser directamente decorrente da fragilidade do tecido empresarial do sector.

"A procura de soluções de defesa dos legítimos interesses dos jornalistas não tenha em consideração a situação do sector, que aliás se agravou no último ano, nomeadamente com a crise económica e os seus inevitáveis reflexos no mercado publicitário", afirmou, considerando "irrealista" a hipótese de se fixar por lei o valor das retribuições adicionais pela cedência da obra a terceiros ou a empresas participadas por aquela a cujo quadro redactorial o autor pertence, ou que integrem o mesmo grupo económico, ou ainda pela sua divulgação em suporte diferente do originalmente utilizado, com absoluto desprezo pelas virtualidades da negociação em sede contratual.

Por isso, concluiu, "a variedade de tipos de jornalismo, consoante o meio utilizado, os diferentes modos de exercício da profissão, de participação e função no processo de criação de uma peça jornalística aconselham claramente um regime mais flexível e contratualizado".

MARY RODRIGUES

## PRESIDÊNCIA ABERTA SOBRE JUSTIÇA

O Presidente da República aproveitou o dia de abertura do novo judicial, para anunciar realização de uma presidência aberta sobre a Justiça. O objectivo é "ser a voz de todos" no combate por uma maior rapidez e equidade no sector.

Jorge Sampaio não especificou a data nem o programa desta iniciativa, mas segundo a Presidência da República estão previstas deslocações a prisões e instituições judiciais.

No seu discurso, o chefe de Estado sublinhou que o "progresso e desenvolvimento" do sector depende incontornavelmente de uma prioridade do Governo "nas políticas e nos orçamentos".

Jorge Sampaio disse que vai para o terreno para "louvar ou censurar", mas sobretudo, para "dar e ser voz de todos neste combate, para fazer de uma Justiça pronta e equitativa um símbolo maior desta República".

## ANTÓNIO COSTA

# PS APRESENTA LEI DE BASES PARA REFORMAR REGISTOS E NOTARIADO

A reforma dos registos e notariado é absolutamente decisiva para a desburocratização da sociedade, o reforço da competitividade da economia e eficiência da Administração Pública, considerou o líder do Grupo Parlamentar, António Costa, na apresentação em plenário do Projecto de Lei de Bases do PS sobre a reforma do Serviço Público de Registo e Notariado.

O líder parlamentar começou por lembrar que foi o Partido Socialista que nos últimos seis anos rompeu com um imobilismo absoluto de quatro décadas ao reformar a tabela emolumentar, ao iniciar o processo de informatização integral e ao lançar um programa para desformalizar actos notariais, entre outras coisas.

No seu projecto de lei de bases, o PS propõe



agora três mudanças estruturais para maximizar o desempenho eficiente das funções de identificação de pessoas e bens,

publicação das respectivas situações jurídicas e a certificação da legalidade dos actos jurídicos.

Em primeiro lugar, o PS propõe a unificação dos elementos de identificação, descrição e qualificação jurídica de pessoas e bens num só Registo Público de Pessoas e Bens.

A segunda mudança fundamental visa a função de publicitação, em que o Registo Pública de Pessoas e Bens é concebido como um serviço da sociedade de informação. E aqui a mudança fundamental é a que permite transformar um terminal de internet numa verdadeira "Loja do Cidadão".

A terceira e decisiva mudança incide sobre a função de certificação da legalidade dos actos, que implica o fim da duplicação, unificando o controlo da legalidade no acto de registo.



PORTO

# FEDERAÇÃO RESPONSABILIZA GOVERNO PELA VAGA DE DESPEDIMENTOS

A Federação do PS/Porto acusou o Governo de ser o responsável pela actual crise que se vive em várias regiões do País, com sucessivas vagas de despedimentos que afectam milhares de trabalhadores, e criticou a suspensão das políticas de formação profissional e o Código do Trabalho.

"O Governo é o responsável por esta crise que se vive em várias regiões do país, com particular intensidade na Área Metropolitana do Porto (AMP)", afirmou, em conferência de imprensa, o porta-voz da Federação do PS/Porto, Augusto Santos Silva.

"A criação artificial de um clima de desconfiança e depressão económica e a lógica do controlo do défice, não pela redução das despesas do Estado, mas pelo corte cego no investimento público" foram algumas das "medidas incorrectas" que o ex-ministro da Cultura apontou ao actual Executivo.

Por outro lado, Augusto Santos Silva considerou ainda que a proposta de Lei do Código do Trabalho "cria um ambiente que favorece a deslocalização abrupta das empresas e uma conduta imoral, que consiste em desrespeitar os acordos com as câmaras municipais, receber



apoios públicos e saírem na primeira oportunidade".

Particularmente crítico do ministro Bação Félix, Santos Silva disse que "as políticas de emprego e de formação social do Ministério do Trabalho

da Segurança Social estão paralisadas desde que este Governo tomou posse".

"Desde Junho de 2002 que o programa regional de emprego para a Área Metropolitana do Porto (AMP) está suspenso e o acordo para a Acordo para a Concertação Estratégica para a Formação Profissional de Fevereiro de 2001 não está a ser cumprido", denunciou.

"Contestamos veemente esta atitude do Governo injusta e injustificada, sobretudo quando a taxa de desemprego está a subir com intensidade na AMP", garantiu Santos Silva no final de uma reunião Federação do Porto.

O actual director do "Acção Socialista" acusou ainda o actual Governo de "desenhar uma nova legislação laboral preocupada excessivamente e injustificadamente mais na redução dos direitos dos trabalhadores do que na defesa dos seus direitos".

É que, explicou, "o problema económico português não é uma suposta legislação. Reside no nosso modelo de desenvolvimento e no clima de desconfiança e desinvestimento público que tem caracterizado este Governo", frisando que "os trabalhadores não podem ser o bode expiatório da pouca competitividade da economia portuguesa".

Augusto Santos Silva assegurou que a federação e o partido estão "empenhados na procura de soluções que, respeitando naturalmente as regras próprias da economia de mercado, permitam desenhar do lado das políticas públicas e da obrigação do Estado programas específicos de apoio aos trabalhadores e de procura activa de investimentos".

E anunciou ainda que "o PS apresentou na Assembleia da República um projecto de resolução, em que se recomenda ao Governo que ponha em prática projectos de emergência nas regiões afectadas pela crise de emprego, Castelo de Paiva e Figueiró dos Vinhos".

Salientando que "é da competência do Governo desenhar esses programas", sustentou que "a sua lógica se deve estender a todas as localidades que venham a ser afectadas por crises laborais e sociais".

Estas foram as principais conclusões da reunião quinzenal da Federação Distrital do PS/Porto, que manifestou também "a mais profunda solidariedade para com os trabalhadores afectados pelas crises que estão a eclodir em empresas de média e grande dimensão".

AÇORES

# GOVERNO REGIONAL AUMENTA INVESTIMENTOS NA TERCEIRA

O PS/Açores sublinhou que o Plano da Região para 2003 prevê investimentos de 20 milhões de euros na Terceira, recusando, assim, as críticas do PSD de que o Governo estaria a "esquecer" esta ilha.

Segundo o deputado Francisco Barros, as verbas previstas para a ilha contemplam a construção do novo matadouro, a recuperação do porto da Praia da Vitória, a continuação das obras na escola Francisco Ornelas da Câmara, a conclusão da marina e a reabilitação de estradas.

O dirigente socialista respondia, assim, aos deputados do PSD que acusaram o Executivo de Carlos César de retirar do Plano da Região para este ano todas as verbas destinadas à construção de estradas na ilha.

Francisco Barros garantiu, ainda, que as críticas do PSD "não têm fundamento, porque o investimento na ilha Terceira quadruplicou depois de 1996, ano do fim da governação social-democrata nas ilhas".

Em relação às críticas do PSD relativas à conclusão do troço final da via rápida que fará a ligação ao Porto da Praia da Vitória, os socialistas argumentam que a não conclusão das obras justifica-se por a Assembleia de



Freguesia do Cabo da Praia ter aprovado, por unanimidade, uma proposta de alteração ao traçado inicialmente previsto.

## Sociedade anónima vai gerir obras no Faial e Pico

Entretanto, o Parlamento açoriano aprovou

por unanimidade, um pedido de urgência do Governo Regional de dispensa de exame em Comissão, da proposta de financiamento do processo de Reconstrução. A proposta do Executivo de Carlos César defende a criação de uma sociedade anónima de capitais públicos, designada por Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e

Infra-Estruturas, SA. Esta sociedade terá como objectivo a promoção, planeamento, construção, fiscalização e gestão dos parques habitacionais e de outras infra-estruturas em áreas abrangidas por catástrofes naturais e em zonas consideradas de risco. Com esta solução, o Governo Regional pretende evitar a anunciada paralisação das obras no Faial e Pico, por falta de financiamento, situação agravada com o facto do Governo da República ter cancelado a transferência de verbas para a Reconstrução em 2002 e impedido que o Executivo açoriano se endividasse em 2003.

A proposta será agora apreciada pelos partidos com assento parlamentar (PS, PSD, PP e PCP), que já haviam manifestado a sua concordância com a solução, desde que fosse "transparente" e "legal".

Apesar de alguns deputados manifestarem dúvidas sobre a viabilidade da proposta do Governo de criação de uma sociedade anónima para gerir as obras no Faial e Pico, todas as bancadas entenderam ser necessário encontrar soluções para o problema o mais rapidamente possível.

ENTREVISTA A CAPOULAS SANTOS

# ACTUAÇÃO DESASTROSA DO GOVERNO LESA AGRICULTORES

**Capoulas Santos acusa o Governo de estar a seguir uma política contrária aos interesses dos nossos agricultores e alerta para a possibilidade de Portugal poder vir no futuro a perder cerca de 130 milhões de euros por ano de apoios ao sector agrícola, na sequência da cimeira de Copenhaga, que considerou “o maior desastre negocial de sempre para a nossa agricultura”. Em entrevista ao “Acção Socialista”, o ex-ministro da Agricultura do Governo PS defende uma reforma da PAC em que as ajudas comunitárias passem a ser concedidas às explorações agrícolas de acordo com os critérios de qualidade, emprego e ambiente.**



**Pronta para enchimento desde o Outono, só agora foram fechadas as comportas da barragem dos Minutos. Que comentário lhe merece este facto?**

Esta questão é reveladora da incompetência e desleixo deste Governo relativamente a esta infra-estrutura, projectada há mais de 40 anos, e que foi objecto de sucessivas promessas eleitorais, tendo-se chegado ao cúmulo de em 1987 um mês antes das legislativas que deram a primeira maioria absoluta ao prof. Cavaco Silva ter sido anunciada com pompa e circunstância a execução dessa obra, que nunca chegou a ser concretizada. Quando o PS chegou ao poder em 1996, verificámos que não havia sequer um projecto nem estudos de viabilidade actualizados. Assim, tivemos de começar tudo da estaca zero e foi possível efectuar os estudos de viabilidade, mandar executar os projectos, garantir o financiamento, abrir os concursos públicos internacionais, de modo a começar as obras, executá-las e inaugurar a barragem em Fevereiro de 2002. Só que dez meses depois, e quando ocorreu um dos Outonos mais pluviosos de que há memória as comportas estavam por encerrar e eu próprio fiz a denúncia desta situação, que tem muito a ver com a desorganização do Ministério da Agricultura. Assim, se não se tivesse feito a denúncia deste facto, ter-se-ia perdido este Inverno, com a agravante de esta ser uma barragem que para ficar completamente cheia precisa de pelo menos três invernos com pluviosidade média numa região onde frequentemente ocorrem períodos de vários anos de seca e perdendo-se este Inverno poderia acontecer que nos próximos anos não houvesse sequer condições para existir a barragem.

**Como interpreta as afirmações do primeiro-ministro, segundo as quais Portugal obteve uma clamorosa vitória na cimeira de Copenhaga?**

São declarações que considero como totalmente irresponsáveis e impróprias de alguém com a responsabilidade política de um primeiro-ministro, porque aquilo que Durão Barroso proclamou como uma grande vitória mais não é do que a maior derrota que alguma vez o país sofreu nas instâncias comunitárias no plano agrícola. E isto porque foi a primeira vez desde a nossa adesão à UE que Portugal saiu de uma cimeira com menos apoios para a sua agricultura do que quando para lá entrou, ou seja com as decisões que foram sancionadas no conselho de Copenhaga estima-se que Portugal poderá vir no futuro a perder cerca de 130 milhões de euros por ano de apoios ao sector agrícola, porque foi decidido com o alargamento congelar o orçamento agrícola comunitário, que será o mesmo ou até ligeiramente menos do que é hoje, com a diferença que haverá mais dez Estados-membros a beneficiar desse mesmo orçamento. Obviamente com as mesmas regras a fatia do país será menor. É por isso que considero totalmente irresponsáveis e inadmissíveis as afirmações do primeiro-ministro que não tem pejo em aparecer perante os portugueses a proclamar uma grande vitória, quando afinal se tratou do maior desastre negocial de sempre para a agricultura portuguesa.

**O PS obteve, enquanto esteve no Governo, importantes ganhos nas negociações da Agenda 2000, tendo deixado de ser**

**contribuinte líquido da PAC. Acha que há o perigo de esta situação se inverter?**

Existe efectivamente esse perigo. Aliás, não deixa de ser paradoxal e irónico que o actual Governo fez uma campanha eleitoral prometendo aumentos de quotas e de direitos de produção a tudo e a todos e criticando a situação que encontrou, situação que é bom sublinhar é bastante melhor do que aquela que o Governo do PSD nos legou, já que nós conseguimos nas negociações da Agenda 2000 um conjunto de ganhos mais do que qualquer outro Governo tinha obtido e não participámos em nenhuma negociação sectorial em que não trouxéssemos mais para Portugal do que Governos do PSD anteriores - e é bom lembrar que o PSD esteve antes de nós 18 anos consecutivos no Ministério da Agricultura. A Cimeira de Copenhaga e as suas consequências no futuro demonstram que também nesta matéria o PSD ao fim de poucos meses está a faltar completamente às suas promessas eleitorais.

**Que reformas defende para a PAC, para a tornar socialmente mais justa e mais equilibrada nos apoios entre Estados-membros, regiões e agricultores?**

Portugal foi, durante os governos socialistas, o primeiro Estado-membro a apresentar uma proposta concreta para reforma da PAC e a nossa proposta apresentada em Março de 2001 veio a ser retomada nas suas linhas essenciais pela própria Comissão Europeia em Junho de 2002. No essencial aquilo que preconizamos é uma alteração das actuais regras da PAC. Já se viu que a situação para os agricultores portugueses é uma situação má, porque estes recebem cerca de quatro vezes menos que a média comunitária por cabeça, recebem dez vezes menos que o agricultor dinamarquês e a continuar-se com este modelo - mantendo-se o mesmo orçamento e com mais Estados-membros a beneficiar dele - a situação vai inevitavelmente agravar-se. Portugal propôs uma solução em que era possível com o mesmo orçamento comunitário, alterando as regras da sua distribuição, fazer com que passasse a receber bastante mais. O que preconizamos é que as ajudas que são atribuídas hoje por critérios puramente quantitativos passem a ser concedidas às explorações agrícolas, de acordo com os seguintes critérios: qualidade, emprego e ambiente. No futuro as explorações devem ser mais apoiadas se praticarem práticas agrícolas mais amigas do ambiente, se criarem mais postos de trabalho, e se produzirem produtos de maior qualidade. Esta alteração faria com que se pusesse fim a esta perversidade da PAC que é o facto de muitas vezes o agricultor fazer uma actividade que é agressora do ambiente e que ainda por cima é excedentária no mercado, precisamente porque essa actividade é dá subsídio de acordo com as actuais regras. Portanto, com a proposta do PS o

agricultor continuaria a ser subsidiado mas não às quantidades que produzisse, mas sim em função de outros critérios e com base na sua própria exploração. Seria uma solução não só mais amiga do ambiente, como seria menos irracional do ponto de vista da própria produção agrícola e teria ainda o mérito de facilitar as negociações da UE no quadro da Organização Mundial do Comércio.

**Quais as consequências para a nossa agricultura da redução, anunciada por Bruxelas, do orçamento agrícola para o período pós-2006, e que, no caso português, pode representar uma diminuição de 130 milhões de euros por ano?**

As consequências são neste momento imprevisíveis, já que se as ajudas vão diminuir. Isso faz com que sectores que já muito dificilmente sobrevivem tenham ainda maiores dificuldades no futuro. Eu penso que será catastrófico para a agricultura portuguesa se se conjugarem estes dois factores: se se mantivera redução do orçamento agrícola e ao mesmo tempo se se mantiverem os actuais critérios de repartição. As consequências serão terríveis para a nossa agricultura e traduzir-se-ão na inviabilização de muitas explorações agrícolas, com o conseqüente impacto social negativo.

**Passados 10 meses, que balanço é que faz da política agrícola do Governo?**

Considero totalmente desastrosa a actuação do Governo, porque no essencial não resolveu nenhum dos problemas que já existiam e agravou uma quantidade deles, sempre lesando os agricultores. A avaliação que faço é profundamente negativa, uma vez que o Governo tem seguido uma política contrária aos interesses do sector.

Basta lembrar, por exemplo, que está a abrandar o plano de combate à BSE, no qual nos empenhámos tão determinadamente, não estão a ser acautelados os interesses futuros da agricultura portuguesa porque não há uma estratégia coerente na Europa e os resultados já visíveis demonstram que se caminha para um desastre, e aquilo a que assistimos é à suspensão de muitos projectos, à destruição da máquina do Ministério, à substituição sem critério dos responsáveis, de que é exemplo flagrante a Companhia das Lezírias, uma empresa pública tutelada pelo Ministério, cuja administração foi reconduzida há três meses e foi destituída três meses depois com o pagamento de vultosas indemnizações sem que se explique porque razão o Governo reconduz e destitui em poucas semanas uma administração, o que leva a pensar que ou existem factos muito graves ou terão de ser explicadas as razões que levam ao desperdício através do pagamento de montantes elevadíssimos de indemnizações.

J. C. CASTELO BRANCO

PS/PORTO

## ASSIS CANDIDATO À LIDERANÇA DA DISTRITAL

Caso alcance a liderança da Federação Distrital do PS do Porto, em Abril próximo, Francisco Assis não recusará o desafio de uma eventual candidatura à Câmara do Porto, garantindo desde já que nunca fará o PS refém das suas ambições ou hesitações. Mas, ressalva, “à partida, não há candidatos naturais.”

Joaquim Couto, principal animador da candidatura de Assis, oficialmente apresentada no passado sábado dia 18, disse que “a ambição” do ex-líder parlamentar socialista “não é ser candidato à Câmara do Porto” porque “a prioridade é a reconquista do município”.

“Nomes não faltam, competirá à concelhia escolher”, declarou, sublinhando que um Assis vitorioso manterá com Ferro Rodrigues “uma evidente solidariedade, mas com espinha dorsal”. O antigo presidente da bancada socialista prometeu que se for eleito líder da federação portuense romperá “com a mentalidade de um bloco central de interesses que infelizmente ainda perdura no PS/Porto, um compromisso saudado com palmas por dezenas de militantes, autarcas e dirigentes concelhios presentes na sessão de lançamento da candidatura.

Francisco Assis deixou claro que o propósito de renovação e ruptura por si assumido vai para além de qualquer dessintonia menor.

“O PS e o PSD estão demasiadas vezes de acordo no Porto”, afirmou, apontando para a necessidade de os socialistas se afirmarem, concretamente no plano metropolitano como uma alternativa credível ao poder laranja.

“Temos de voltar a ser o primeiro partido no Porto”, defendeu, falando de seguida no papel que a região pode alcançar para levar os socialistas de regresso ao governo do País.

Abrir o partido, promovendo os Estados Gerais do Norte e regressar à ideia metropolitana com um projecto integrado para todas as câmaras do distrito portuense foram dois compromissos assumidos pelo candidato.

No capítulo das prioridades, enumerou duas: primeiro, “devolver o PS aos seus militantes”, transformando-os em “cidadãos” e não em “arregimentados que só são chamados em determinadas circunstâncias”. Depois, repor o PS como o maior partido no distrito, reconquistando a Câmara do Porto: “O Porto deve ter de novo uma voz audível no plano nacional”, enfatizou.

ELEIÇÕES PARA A CONCELHIA

## MISSIVA DE BROTAS AOS MILITANTES DE LISBOA

O camarada António Brotas e um conjunto de militantes de secções de Lisboa decidiram constituir um “Núcleo Organizador de uma lista candidata à Comissão Política Concelhia de Lisboa” para ser apresentada nas próximas eleições.

Numa missiva dirigida aos militantes do PS de Lisboa, António Brotas refere que o primeiro elemento da lista será escolhido, ou por total consenso, ou por votação dos que assinarem a sua disponibilidade para entrar na lista para a Concelhia de Lisboa.

Na escolha do primeiro elemento e de outros da lista, António Brotas afirma que será seguido o conselho dado aos jovens por António Sérgio há quase meio século: escolher candidatos com indubitável mérito moral e intelectual e com menos de 50 anos.

Sem esquecer a importância das secções de residência, esta lista dará especial atenção aos contactos com as secções temáticas e de acção sectorial, procurando congregar pessoas e energias, despertar potencialidades latentes, fazer estudos e apresentar propostas que sejam um contributo para o futuro de Lisboa e da sua Área Metropolitana e para a vitória do PS nas próximas eleições autárquicas.

PEDROSO GARANTE

## PS MANTÉM O RUMO

A estratégia socialista permanece intacta. Nenhuma inflexão foi operada na sequência dos acordos do partido com o PSD sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) para a economia portuguesa ou no quadro da reforma do sistema político. A garantia foi dada pelo portavoz do PS, Paulo Pedroso ao “Grande Juri” da TSF. Segundo Pedroso, há três matérias “essenciais” onde o PS e o PSD se devem entender: participação no projecto europeu, estabilidade macroeconómica e coesão social.

Na verdade, explica, só ocorreu um “bloco central” por causa do “projecto europeu”, através do PEC. Já na macroeconomia os dois partidos não alcançam consenso (cada um continua a defender a sua versão do défice público); e na “coesão social” muito menos, o que é desde já verificável no voto contra do PS, na generalidade, ao novo Código Laboral.

A postura socialista será, pois, a de uma “oposição de causas, serena e pragmática”, frisou o dirigente do PS, salientando de seguida que o partido só se estará contra quando se achar que se deve estar contra; e fará acordos que for decidido que devem ser feitos.

“Caso a caso cada decisão será avaliada”, reiterou, esclarecendo que foi o PSD que veio ao encontro do PS, facto evidente aquando da discussão do PEC.

O partido maioritário no Governo protagonizou, para

AVEIRO

## ALBERTO SOUTO QUER FEDERAÇÃO MAIS ACTIVA

O presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Alberto Souto de Miranda, apresentou a sua candidatura à presidência da Federação distrital, em nome de uma Federação mais “federadora e activa”, sublinhando que “chegou a altura de mudar as pessoas para que novas práticas possam surgir”.

“Sente-se de norte a sul do distrito uma enorme vontade de construir um melhor PS”, disse Alberto Souto, acrescentando que “chegou a altura de mudar as pessoas para que novas práticas possam surgir”.

O autarca, que defende um PS “mais congregador, aberto e dinâmico”, disse que para esta campanha tem de fazer “um bom trabalho no terreno”.

Quando ao facto de ser filiado no PS há pouco tempo, Souto lembra que não é um “cristão-novo dos ideais” e realça que traz no currículo político “algumas das mais importantes vitórias do PS no distrito e até à escala nacional”.

“Quem tem ganho as guerras são os soldados e os capitães - talvez mesmo os pára-quedistas - que vão ao terreno, e não os respeitáveis generais, ainda que de cinco estrelas, que vaticinam derrotas antecipadas”, sublinhou o autarca.

Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra e com pós-graduações em Direito Europeu e em Ciências Jurídicas, Alberto Souto integra, desde 1991, a Direcção dos Assuntos Jurídicos do Banco Europeu de Investimento e preside à Câmara de Aveiro desde 1997.

O independente que conquistou para o PS a Câmara da capital do distrito, pondo fim a quase duas décadas de liderança CDS/PP, filiou-se no partido após a derrota nas últimas eleições legislativas e, actualmente, faz parte da Comissão Nacional do PS eleita no XIII Congresso. Esta estrutura do PS tem sido coordenada nos últimos 12 anos pelo presidente da Câmara de Espinho, José Mota, que ainda não se decidiu em relação a uma recandidatura.



votar a favor da resolução, “uma inversão de 1280 graus”, passando a defender a necessidade de se rediscutir o Pacto de Estabilidade da União europeia. Por outras palavras: “Foi o Governo que começou a usar palavras como o diálogo e concertação.” Também numa entrevista à TSF, a propósito da passagem do primeiro ano sobre o início da sua liderança do PS, Ferro Rodrigues disse que, depois do último Congresso socialista, “tem sido mais fácil conversar com o Governo”. “A partir daí, o próprio Governo julgou que alterou

alguma da sua componente táctica e passou a tratar o PS com outro respeito, com outra consideração e, portanto, tem sido possível termos também um comportamento político adequado à necessidade de o País combater a crise de uma forma o mais unida possível”. Recorde-se que o secretário-geral socialista tem mantido contactos com o primeiro-ministro a propósito de alguns temas, designadamente a reforma do sistema político e a resolução sobre o PEC português.

**SANTARÉM**

**DISTRITAL CONTRA LIQUIDAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE**



A Federação Distrital do PS/Santarém acusou o Governo de “anunciar a prazo a liquidação do Serviço Nacional de Saúde, com a entrega aos grupos seguradores e multinacionais dos sectores mais apetecíveis e rentáveis”.

Em comunicado, os socialistas escalbitanos afirmam que “a adopção exclusiva da vertente empresarial, só preocupada com a questão financeira e economicista, de aparente contenção de custos, numa visão utilitária e instrumental da saúde, conduzirá inevitavelmente a uma pior qualidade dos serviços prestados”.

As alterações à Lei de Bases da Saúde e à nova Lei de Gestão Hospitalar, levam os socialistas a questionarem o Executivo sobre “que tipo de intervenções se preconizam para os cuidados de saúde primária, para a rede nacional de cuidados intensivos e para a rede nacional de cuidados continuados”

“A promessa de acabar com as listas de espera em dois anos revela-se uma autêntica falácia, dado que apenas são considerados os casos até cinco de Julho de 2002”, refere o comunicado do PS/Santarém.

Para a Federação, os recentes despedimentos de funcionários contratados a prazo no hospital distrital de Santarém servem de exemplo, para reforçar a “preocupação” com a política de saúde seguida pelo Governo de maioria de direita.

**SUÍÇA**

**CONTRA AUMENTOS NOS SERVIÇOS CONSULARES**

A Federação do PS/Suíça manifestou o seu descontentamento contra o aumento dos emolumentos consulares, decretados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, que “chega a atingir, em alguns dos casos, os 300 por cento”.

A entrada em vigor no próximo mês de Fevereiro, é criticada pelo PS/Suíça, pois dela resultam “o aumento brutal dos preços dos actos consulares”, nomeadamente dos casamentos ou a atribuição de nacionalidade portuguesa aos filhos de portugueses que nasçam no estrangeiro.

Assim, segundo um comunicado da Federação Socialista, “o assento da transcrição dos casamentos de cidadãos portugueses celebrados no estrangeiro passa a custar 68 euros, contra os actuais 14,96 e a organização do processo do casamento no consulado que custa actualmente 9,98 euros, a partir de Fevereiro passa a custar 51 euros”.

“Mais caro vai ficar também o processo para se adquirir nacionalidade portuguesa e as certidões para aquisição ou atribuição de nacionalidade e que até agora gratuitas vão passar a custar 15 euros”, pode também ler-se no comunicado.

Os socialistas consideram ainda que os cidadãos portugueses que nascem no estrangeiro são discriminados porque para “um cidadão nascido em território nacional os actos de registo continuam a ser gratuitos”.

**LEIRIA**

**ENCERRAMENTO DE EMPRESA TÊXTIL PREOCUPA SOCIALISTAS**

A Federação distrital de Leiria reuniu-se para avaliar o panorama político e social no distrito, com especial realce para a “dramática situação gerada pelo abrupto encerramento da empresa Gerry Weber”.

O PS lamentou “a atitude daquela unidade empresarial que, não obstante ter beneficiado de significativos apoios do Estado português, nas áreas do investimento, na criação de postos de trabalho e da formação profissional, lançou no desemprego mais de 140 trabalhadores”.

Num comunicado, a Federação acusou o Governo, de não ter tomado qualquer medida que “patenteie o seu interesse pela dramática situação dos trabalhadores de Figueiró dos Vinhos, ao contrário do que vem fazendo, na situação da empresa de calçado Clarks sediada em Castelo de Paiva”.

Na reunião do PS/Leiria foram também avaliadas “as situações de potencial deslocamento e encerramento de empresas, bem como os indicadores do súbito acréscimo dos índices de desemprego e de salários em atraso no distrito”.

Entretanto, os deputados eleitos pelo círculo de Leiria, tal como já fizeram em relação à empresa Gerry Weber, vão requerer na Assembleia da República que o Executivo “não fique de braços cruzados perante a dramática situação que já vivem milhares de trabalhadores do distrito, exigindo que sejam usados iguais critérios para iguais situações, assim se garantindo o integral respeito pelos direitos sociais dos trabalhadores”.

**COIMBRA**

**FEDERAÇÃO SAÚDA NOVO REITOR**

A Federação Distrital do PS/Coimbra “considerou muito positiva a controvérsia democrática que se estabeleceu à volta do acto eleitoral” para o Reitor da Universidade de Coimbra, “dado o tom elevado da discussão e a categoria dos candidatos”

Os socialistas conimbricenses, em comunicado saudaram a eleição do novo reitor da universidade, Seabra Santos, a quem desejaram “todos os êxitos no cumprimento do programa que apresentou e que recebeu o voto maioritário da Assembleia da Universidade, abrindo-lhe o caminho para prosseguir a acção que enquanto vice-reitor já vinha desenvolvendo”.

Ao candidato perdedor, José Reis, o PS enviou as felicitações “pela determinação, clarividência e ambição do projecto que encabeçou”, o qual não só enriqueceu o confronto como lançou sementes que não deixarão de germinar”.



**PS DE BAIÃO PEDE INVESTIGAÇÃO À CÂMARA**

O PS de Baião pretende que o Ministério Público investigue uma alteração ao perímetro urbano da vila que, alegadamente, favorece um terreno adquirido por Emília Silva, a autarca laranja que preside à Câmara local.

Em comunicado, os socialistas de Baião remetem para hoje, quinta-feira, a divulgação de “alguns documentos que provam a existência da matérias de grande gravidade no exercício do poder da maioria PSD na Câmara de Baião”.

Os documentos, entregues ao Ministério Público, estão relacionados com “a compra de terrenos em reserva ecológica e reserva agrícola e a alteração do perímetro urbano do Plano de Urbanização da Vila de Baião, de modo a que onde antes não era permitido construir agora se possa fazer”.

“Há um documento comprovativo de que as alterações ao perímetro urbano (de 88 para 220 hectares) do Plano de Urbanização foram introduzidas depois da compra dos terrenos por parte de Emília Silva e marido”, acusam os socialistas de Baião.

ANA LAMY

# PS DEVE FAZER OPOSIÇÃO COM ALTERNATIVAS E DETERMINAÇÃO

**Definir estratégias e clarificar bases de sustentação para as mesmas é o trabalho que, na oposição, o PS deve fazer, com determinação, para apresentar-se forte em alternativas nas eleições legislativas de 2006 e regressar ao poder.**

**A terminar o curso de Engenharia do Ambiente, com 24 anos, Ana Lamy é uma socialista recente que se manifesta disponível para participar, desde a secção de Campo de Ourique, nesta missão de militância que encara como um desafio.**

Quando se apercebeu da importância determinante que as decisões de governantes e legisladores têm para a vida do País e para a sua própria, Ana Lamy começou a interessar-se por política.

Há cerca de meio ano atrás as notícias dos jornais e os directos televisivos do Parlamento deixaram de acalmar a curiosidade desta estudante finalista do curso de Engenharia do Ambiente, tal era a vontade de "aprofundar questões essenciais".

"Eu queria saber como é que as coisas realmente funcionavam nos bastidores políticos", confessa a jovem de 24 anos, para quem a participação nas diversas actividades da Secção do PS de Campo de Ourique constitui a primeira etapa da sua militância, que resume como um processo de aquisição de conhecimentos, de integração, de interacção e de expressão de opiniões.

Ser militante do PS, para a Ana é, portanto, "um desafio" que acarreta uma missão "nada fácil", até porque "a conjuntura governativa não é a melhor".

Participar na vida partidária, trabalhar e praticar acção social junto das pessoas que "precisam de ser mais acarinhadas" são os projectos imediatos da novel camarada.

A decisão de inscrever-se no Partido Socialista, "muito pessoal", contou com o aval da família. Já os amigos, maioritariamente do PSD, recuperam lentamente do "choque" e até ensaiam, de vez em quando, frustradas tentativas para recrutar a jovem militante para as hostes laranja.

Mas a Ana mantém as suas convicções ideológicas e, apesar de ver o partido na oposição, considera que o PS atravessa uma fase que deve "saber aproveitar para fortalecer as bases e definir estratégias para voltar a ser poder".

Para a jovem militante, o caminho não é a crítica pela crítica e sim a apresentação de



## PERFIL

Nome  
**Ana Patrícia Lamy Barreiros**

Idade  
**24 anos**

Ocupação  
**Estudante finalista do curso de Engenharia do Ambiente**

Hobbies  
**Fazer desporto, ler, teatro, cinema, arte**

Militância  
**Inscrição no PS em Junho de 2002**

Referências socialistas  
**José Sócrates, Ferro Rodrigues, Macieira Antunes e Maria de Belém**

ideias e soluções alternativas.

O "desgaste" do PS fruto de "dois conturbados anos de funções governativas" contribuíram também para que Ana Lamy tivesse despertado a sua consciência política, questionando-se sobre o que poderia fazer para ajudar o "partido a dar a volta por cima" da derrota eleitoral.

As políticas para o Ambiente, área de sua eleição, onde destaca a determinação do ex-ministro socialista José Sócrates na aplicação de "medidas necessárias, embora pouco populares", atraíram igualmente a Ana para a incursão no universo partidário.

Salientando como passo "importantíssimos" o encerramento das lixeiras em Portugal, a futura engenheira ambiental defende convictamente a pertinência da opção do Governo PS pela incineração dos resíduos industriais perigosos.

"A incineração não é um caminho sem retorno", explica, acrescentando que "quando surgir uma nova técnica de tratamento destes lixos menos poluente" ela pode ser abandonada.

Quanto às políticas sociais, a Ana considera que "O PS agiu bem, tendo sempre um certo

cuidado com a populações mais desfavorecidas", reconhecendo, contudo, algumas deficiências na no âmbito da fiscalização das condições de aplicação.

A substituição do Rendimento Mínimo Garantido pelo Rendimento Social de Inserção, de onde são excluídos os cidadãos com mais de 25 anos de idade, e a abolição do crédito bonificado para aquisição de habitação são duas medidas do Executivo de direita que, segundo Ana Lamy, prejudicam severamente a qualidade de vida dos jovens e que travam a sua progressão social.

Em nove meses de Governo PSD/PP, a camarada de Campo de Ourique diz não ter assistido a nenhuma estratégia política para o Ambiente, confessando estar bastante "preocupada e desiludida", recordando ainda que Portugal tem responsabilidades a cumprir a nível das directivas comunitárias. Do PS liderado por Ferro Rodrigues a Ana espera uma oposição "determinada" nas questões verdadeiramente importantes para Portugal e para os portugueses, evitando a agressão verbal gratuita e procurando sempre a apresentação de soluções alternativas.

MARY RODRIGUES

**LUÍS MARINHO**

# MEMBROS DA CONVENÇÃO CRITICAM DUPLA PRESIDÊNCIA DA UNIÃO

Uma proposta que não é igualitária, que tem pouco a ver com a Europa dos cidadãos, que fragiliza o Conselho e que rouba eficácia às decisões comunitárias, foi a forma como o eurodeputado socialista Luís Marinho classificou a proposta de dupla presidência da França e da Alemanha, na reunião da Convenção sobre o Futuro da Europa, que esta semana se realizou em Bruxelas.

“Sou dos que acreditam que o último contributo que nos chegou, nem por ser de quem é, está condenado a ser o melhor”, afirmou, acrescentando que, apesar de ele se fundar numa parceria que aumenta a força política da Europa, nem por isso deixa de levantar as maiores dúvidas sobre se reforça realmente a sua eficácia de decisão.

Um contributo, diz Luís Marinho, que apesar de pretender reforçar a unidade europeia, acaba por criar duas vozes, concentrando o poder político no Conselho Europeu,



fragilizando-o porque o nacionaliza.

Para o eurodeputado representante do Parlamento Europeu na Convenção, trata-se ainda de uma solução que tem pouco a ver com a Europa dos cidadãos e que acabará por pôr em causa o princípio da igualdade entre os Estados.

“Esta Convenção acaba de sofrer um grande desafio. Ou funde os melhores contributos numa proposta autónoma, própria, intelectualmente independente da geografia da União e será convincente e vencedora, ou se limita a remendar e a polir as arestas de projectos nacionais, dando-lhes brilho europeu”, considerou. “No primeiro caso, ganha-se a história e a Europa. No segundo, ninguém se lembrará de nós”, concluiu.

O primeiro dia de trabalhos da Convenção ficou marcado pela proposta de dupla presidência apresentada pela França e pela

Alemanha, tendo havido uma grande maioria dos membros presentes, particularmente os representantes dos pequenos e médios países, a manifestar a sua oposição.

Também o comissário europeu António Vitorino considerou que a proposta “não acrescenta transparência nem controlo democrático à União”, sendo, portanto, inadequada.

Com efeito, foram muitos os participantes na Convenção a considerar que, além da violação do princípio da igualdade e do fim das presidências rotativas nele consubstanciado, a Comissão Europeia ficaria muito fragilizada e perderia poder e independência face aos Estados-membros. Sobretudo, porque ninguém acredita que um presidente do Conselho Europeu fosse uma figura passiva, pouco mais lhe restando do que interferir nos trabalhos da Comissão.

P.P.

**MANUEL DOS SANTOS**

## BERD DEVE APOIAR MAIS AS PME EUROPEIAS

“É essencial que o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento aumente o seu apoio financeiro às PME, aplique de forma prioritária parte dos seus recursos em parcerias de capital de risco e aposte permanentemente na formação de recursos humanos”, considerou o eurodeputado Manuel dos Santos, na semana passada, no plenário de Estrasburgo.

O eurodeputado, membro da Comissão do Orçamento, salientou o papel do BERD no auxílio aos países de Leste que em 2004 vão aderir à União Europeia, mas considerou necessário que



“as suas acções não canibalizem nem sejam anuladas pelas funções que estão determinadas para o Banco Europeu de Investimento, sobretudo considerando que boa parte dos objectivos das duas instituições são comuns”. Manuel dos Santos considerou que o Parlamento Europeu devia apoiar o essencial das conclusões do relatório que esteve em discussão, tendo defendido, não obstante, que o BERD reforce as suas acções em áreas fundamentais para as políticas de coesão e desenvolvimento do território da União Europeia.

**MÁRIO SOARES AFIRMA**

## A GLOBALIZAÇÃO É UMA ENORME ILUSÃO

“A globalização é uma enorme ilusão”, afirmou o eurodeputado Mário Soares no Fórum de Autoridades Locais pela Inclusão Social, que decorre em Porto Alegre, no Brasil, no âmbito do Fórum Social Mundial. Mário Soares foi bastante crítico para com o processo de globalização e o modelo neoliberal que o tem acompanhado, considerando que ele tem sido o principal responsável pelo alargamento do fosso entre países ricos e pobres.

“A globalização sem regras éticas alimentou



um monstro: o império do capital. Contribuiu para a concentração exponencial da riqueza nas mãos de multinacionais sem rosto”, afirmou o eurodeputado.

Considerando que “o mundo vai mal” e que “estamos a atravessar uma grave crise de civilização”, defendeu uma globalização alternativa e solidária para um mundo melhor.

Mário Soares considerou ainda que a actual crise económica mundial é pior do que o colapso da Bolsa de Nova Iorque, em 1929.

**CARLOS LAGE**

## COMISSÃO QUER ANGOLA ACTIVA NAS ACÇÕES HUMANITÁRIAS

A Comissão Europeia vai manter a pressão sobre Angola para que o Governo continue a prestar assistência de carácter humanitário às populações mais vulneráveis.

A resposta foi dada a uma pergunta escrita do eurodeputado Carlos Lage, presidente da delegação socialista portuguesa no Parlamento Europeu, que quis saber que medidas poderiam ser adoptadas para auxiliar o povo angolano.

O comissário responsável pelo desenvolvimento, Poul Nielson, anunciou que visitará Angola ainda durante o mês de Janeiro “para constatar *in loco* as reais necessidades do país” e assinar com o Governo um novo acordo de cooperação bilateral, que vigorará até 2007.

O comissário disse também que “continuam a ser dirigidos apelos às autoridades angolanas para que façam mais esforços de resposta às necessidades humanitárias críticas”.

FERRO RODRIGUES EM ROMA

# LUTA CONTRA TERRORISMO DEVE RESPEITAR DIREITO INTERNACIONAL

A luta contra o terrorismo deve ocorrer no contexto da lei e das relações internacionais e não como uma acção militar, considerou o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, no Conselho da Internacional Socialista, que nos dias 20 e 21 se realizou em Roma.

Sem referir directamente os Estados Unidos, Ferro Rodrigues foi particularmente firme na defesa de uma solução pacífica para a questão do Iraque, tendo criticado a “tentação belicista e unilateralista de alguns países” e a ideia de que o combate ao terrorismo se faz atacando um território, um país ou um conjunto de países. “Essa é a outra face da ameaça à paz”, afirmou.

Ferro Rodrigues considera que do uso unilateral da força pode resultar uma vitória simbólica, mas que certamente terá muitas perdas trágicas em vidas humanas.

“Uma solução militar unilateral não é parte da solução, mas parte do problema”, afirmou, acrescentando que a eventual perda de vidas poderá mesmo estender-se a outras regiões e abranger os países ocidentais que apoiem uma



iniciativa do género, suscitando novos actos terroristas.

Ferro Rodrigues não deixou de condenar o terrorismo, “independentemente de quem o leva a cabo ou das motivações políticas e sociais que estejam na sua origem”.

Por outro lado, o secretário-geral do PS considerou crucial que se encontrem meios eficazes de combate às desigualdades sociais que ainda persistem, muitas das quais resultantes do processo de globalização. A globalização, no entanto, não deve ser diabolizada, dado que, apesar dos riscos, constitui ao mesmo tempo uma oportunidade que deve ser aproveitada em benefício de um desenvolvimento sustentável.

Relativamente ao papel da União Europeia, Ferro Rodrigues defendeu que tem de ser o de um espaço de desenvolvimento sustentado e de justiça social, tendo voltado a insistir que o Pacto de Estabilidade e Crescimento a que estão obrigados os países da zona euro deve ser revisto, alegando que este não pode transformar-se num obstáculo ao próprio crescimento económico.

## IS AO LADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EVITAR GUERRA NO IRAQUE

A Internacional Socialista manifestou todo o seu apoio ao secretário-geral das Nações Unidas nos esforços para encontrar uma solução político-diplomática para a crise do Golfo. Isto mesmo fez saber por carta a Koffi Anan o presidente da IS, António Guterres.

No Conselho da Internacional Socialista que esta semana se realizou em Roma, com a presença de representantes de 150 partidos oriundos dos quatro continentes, a situação no Médio Oriente teve um lugar de destaque, em virtude dos sinais de guerra que estão no ar.

É neste contexto que ficou decidido, como também ficou expresso na carta enviada pela IS a Koffi Anan, que se realizará tão rápido



quanto possível um encontro internacional para discutir a democratização do Iraque, que contará com a presença dos partidos da

oposição ao regime de Saddam Hussein.

Nas conclusões do encontro é recusado o unilateralismo de uma guerra preventiva, defendendo-se o reforço do papel das Nações Unidas na participação em iniciativas diplomáticas, admitindo apenas uma intervenção no Iraque em função dos resultados obtidos pelos inspectores da ONU quanto à posse efectiva de armas de destruição maciça.

António Guterres não deixou também de alertar contra os “pacifismos ingénuos”, deixando claro que a defesa da paz passa pela luta contra o terrorismo, pela defesa do princípio da não proliferação nuclear e ainda pelas intervenções de carácter humanitário.

De referir a presença do ex-ministro dos Negócios Estrangeiros israelita Shimon Peres, que considerou indispensável a realização de compromissos entre judeus e palestinos para um acordo de paz no Médio Oriente. Peres defendeu uma harmonização das posições dos Estados Unidos e da União Europeia sobre o Médio Oriente, como forma de ajudar a ultrapassar o impasse.

Entretanto, o presidente da Internacional Socialista desloca-se no próximo dia 17 de Fevereiro aos Estados Unidos para encontros com os fundadores e representantes do Partido Democrático americano, particularmente para discutir a situação internacional.

## PRIMEIRO-MINISTRO SUECO PROPÕE GUTERRES PARA PRESIDENTE DA UNIÃO EUROPEIA

O primeiro-ministro sueco, Goran Persson, sugeriu o nome de António Guterres para um eventual cargo de presidente da União Europeia, numa entrevista publicada esta semana no jornal “Dages Nyheter”.

Numa altura em que têm sido apresentadas muitas propostas e nomes no âmbito da reforma das instituições europeias, algumas delas polémicas

e contrárias ao princípio da igualdade entre Estados como a das presidências duplas que a França e a Alemanha divulgaram recentemente, desta vez foi a vez do social-democrata sueco sugerir o ex-primeiro ministro português e actual presidente da Internacional Socialista para aquele cargo, que não é ainda certo que venha a ser criado.

Persson defende que um eventual presidente da União Europeia deveria salvaguardar os equilíbrios entre as instituições comunitárias, não devendo, por isso, “ter um perfil forte como se fosse o presidente dos Estados Unidos da América”.

Recorde-se que já antes António Guterres tinha sido pretendido por vários líderes europeus para ocupar o lugar de presidente da Comissão Europeia,

que depois, perante a sua recusa, veio a ser preenchido pelo italiano Romano Prodi.

Recentemente, o jornal Die Welt falava também dos nomes do alemão Joscha Fischer, do espanhol José Maria Aznar, do britânico Tony Blair e do luxemburguês Jean-Claude Juncker como possíveis candidatos à presidência da Comissão Europeia.

ENSINO SECUNDÁRIO

# PS QUER ALARGAMENTO DA DISCUSSÃO PÚBLICA SOBRE REVISÃO CURRICULAR

**Sem ouvir os parceiros educativos, apoiado somente pelos partidos da maioria parlamentar e anunciando de forma fragmentada, desconexa e irregular as intervenções que tenciona concretizar, o Governo prepara-se para aprovar uma "revisão curricular do ensino secundário" em que até a Filosofia "desaparece por alegado "lapso". De novo na ordem do dia, a Educação em Portugal sofre com as hesitações e recuos de um Ministério que não tem uma visão global, articulada ou fundamentada do ensino, optando por lançar para as fogueiras mediáticas medidas avulsas e generalistas.**



Os socialistas consideram a revisão curricular proposta pelo Executivo como uma "contra-reforma" politicamente incoerente pelo que o deputado do PS Augusto Santos Silva já pediu o alargamento da discussão pública em torno desta matéria, apelando "aos parceiros educativos para que usem agora um décimo das críticas que fizeram à proposta do anterior governo".

As declarações do ex-ministro da Educação foram proferidas ontem, numa audição/debate sobre a revisão dos currículos do Ensino Secundário, promovida pelo Grupo Parlamentar do PS. Santos Silva referia-se à proposta de reforma curricular apresentada pelo então Governo socialista, consagrada no decreto-lei 7/2001 e que mereceu duras críticas não só dos parceiros educativos, mas da oposição (PSD), nomeadamente do deputado David Justino, actual ministro da tutela.

"Há uma profunda incoerência política na base desta contra-reforma", referiu Augusto Santos Silva, adiantando que David Justino criticou a proposta do PS, mas no documento que apresenta "nenhum dos argumentos que usou na altura é retomado".

O parlamentar socialista deu como exemplo o facto de o PS ter sido acusado de não ouvir os parceiros educativos e de o governo do PSD ter feito o mesmo. "Não colheu apoios que não fossem da maioria parlamentar", frisou.

Para o ex-governante, a proposta do Executivo é uma "revisão baratinha" do que o PS tinha feito, "mete dentro da revisão curricular a impressão digital do ministro" e "procede à limpeza de elementos que representassem o pensamento do governo anterior".

Profundas marcas ideológicas na proposta do Ministério da Educação e erros de concepção são algumas das outras acusações proferidas por Santos Silva, que juntamente com a deputada

socialista Ana Benavente dirigiu a audição/debate, que contou com a presença de professores, pais e associações educativas.

## Alteração de corte e costura

Na véspera da sessão de perguntas ao governo, prevista para hoje, no Parlamento, Ana Benavente, ex-secretária de Estado da Educação, considerou que a proposta em discussão é uma "alteração de corte e costura" que se traduz em lacunas, confusões e contradições.

A propósito dos termos empregues no documento do Governo, a deputada considerou "extraordinário que passemos a ter um País de ensino superior e ensino não superior".

Manifestando preocupação pelo facto de se prosseguir uma política de educação de rupturas, quando o desenvolvimento do ensino requer continuidade, Benavente lembrou que os socialistas, enquanto governantes, quiseram salvaguardar matérias fundamentais num Pacto de Estabilidade para a Educação que não obteve aprovação.

"Mais uma vez, disse, passamos o tempo a alterar o que não é prioritário, travando uma reforma curricular que gerou consenso".

A falta de identidade do Ensino Secundário, a hierarquização de cursos, a ausência de disciplinas consideradas "fundamentais" para o curso (por exemplo, a Literatura Portuguesa possa ser dispensável a alunos que terminam um curso secundário de Línguas e Literaturas), o desaparecimento da área de projecto e a distinção entre cursos profissionais e tecnológicos foram algumas das críticas manifestadas pelos intervenientes no encontro.

"Há um recuo incrível ao tornar facultativas disciplinas das áreas de Ciências Científicas. A cultura científica fica ao nível do nono ano", realçou Manuel Pereira dos Santos, professor do Ensino Superior.

## Reforma imprescindível

Walter Lemos, que falava em nome do Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos, recusou a filosofia subjacente e a linguagem utilizada no documento e questionou: "em que fundamentos é que o ministro se baseou para a escolha daqueles cursos tecnológicos, que pretendem ser direccionados para os Politécnicos mas não tem em conta a oferta existente dos mesmos".

Rui Ribeiro, físico e professor do Ensino Superior, alertou para uma lacuna completa em relação ao ensino especial, nomeadamente em relação à

falta de apoio.

Para Augusto Pascoal, professor e membro da FENPROF, "não é possível pensar no Ensino Secundário sem pensar no Ensino Básico".

Apesar de frisar como ponto positivo a inclusão de estágios curriculares nos cursos tecnológicos, Pascoal defende que "uma reforma destas é imprescindível" e deixou um aviso ao Governo: "energia não vai faltar", referindo-se a possíveis protestos.

"Gostaria que o meu filho encontrasse no Ensino Secundário uma entidade própria. Esta proposta não permite isso", desabafou uma mãe que se manifestou bastante preocupada com a "indefinição e falta de identidade que existe no Ensino Secundário".

A deputada Isabel Pires de Lima assina um documento, distribuído na sessão, e onde sublinha os "termos abruptos, avulsos e secos em que têm sido divulgadas as propostas do Ministério da Educação relativas ao Ensino Secundário", revelando-se assim "desorientação política, desorganização metodológica e dificuldade técnica".

"É imperioso assegurar um debate nacional e tranquilo sobre a matéria da mais decisiva importância para o futuro do país, nos permanentemente renovados contextos europeu e mundial em que se move", conclui.

De salientar que documento do Governo "Reforma do Ensino Secundário - Linhas Orientadoras da Revisão Curricular", em discussão pública até à passada terça-feira, mereceu já a oposição de diversas associações de professores, alunos e demais parceiros educativos, sem que contudo se tenham emitido pareceres neste sentido.

MARY RODRIGUES





**A TEMPLE/COTEES vai beneficiar de um investimento de cerca de 100 milhões de euros, realizado através da CONEST, que não só pagou o terreno, no valor de 52,5 milhões de euros, como se obriga a pagar todas as despesas que concorram para a realização do empreendimento, que se estima sejam da ordem dos 50 milhões de euros.**

O contrato de consórcio referente ao empreendimento da Falagueira, agora tornado público, estabelece tais condições a favor da parte privada daquele consórcio que a sua leitura e compreensão sugerem um mar de dúvidas, a primeira das quais é a de saber se elas foram oferecidas a outros eventuais interessados no negócio. E se não foram? Que regras ou princípios foram ultrapassados neste negócio, que, afinal – sabe-se agora – nem é importante para a redução do défice?

A TEMPLE/COTEES vai beneficiar de um investimento de cerca de 100 milhões de euros, realizado através da CONEST, que não só pagou o terreno, no valor de 52,5 milhões de euros, como se obriga a pagar todas as despesas que concorram para a realização do empreendimento, que se estima sejam da ordem dos 50 milhões de euros.

Ora, sendo a CONEST uma empresa detida a 100 por cento pelo Estado, é legítimo pensar que um negócio destes é desejado, seguramente, por todos os promotores portugueses, ou mesmo por empresas de gestão especializadas.

E não só pelas condições de investimento. Também pelas percentagens de partilha de lucro, já que à empresa privada é garantida uma participação de mais de 82 por cento, no caso de o número de metros quadrados autorizado para construção ser inferior a 427 mil. Só no caso de as autorizações de construção serem superiores, é que a empresa compartilhará com o Estado 50 por cento dos lucros adicionais.

Em contrapartida, “o eventual resultado negativo do consórcio será suportado exclusivamente pela CONEST.”

Em qualquer dos casos, a CONEST, isto é, o Estado pagará estudos, acessórias, projectos, licenças, taxas, impostos, obras de infra-estrutura, financiamentos, honorários de consultores e peritos, seguros e garantias bancárias, comercialização e respectivas comissões e “todas as demais despesas que concorram para a realização do empreendimento”.

**À medida em que o nauseante processo de guerra de audiências entre as televisões privadas vai atingindo níveis sem precedentes perante a perplexidade impávida do poder político, das instâncias administrativas reguladoras e da sociedade em geral, adensa-se o sentimento de que Karl Popper tinha razão quando, num livrinho a que deu esse nome, afirmou que “a televisão era um perigo para a democracia”.**

Recentemente ganhou protagonismo na grelha de programação da SIC o programa BOMBÁSTICO. Para os mais desatentos, é um programa em que o apresentador, convertido de simpático jornalista desportivo em putativo e indignado defensor público de descamisados, se permite verberar insultos e obscenidades várias contra os alegados causadores dos infortúnios pessoais que os participantes levam à emissão. E o que impressiona mais neste programa em particular, e que o torna diferente de outros do mesmo tipo a que já nos vamos habituando, é, por um lado, a vergonhosa exploração dos participantes no programa, que são na sua maioria pessoas que gravitam na fronteira da exclusão social e da ignorância profunda, que vêem os seus problemas pessoais oportunisticamente dramatizados a um nível quase caricatural. Por outro, o facto de o tratamento dos referidos “casos reais” ser todo ele orientado para induzir sentimentos de revolta e indignação no público, a partir da encenação montada por um apresentador que não olha a meios para ampliar e, mesmo, mistificar os problemas dos participantes, sem a mínima preocupação de olhar para a complexidade das suas causas, num discurso marcado pelo maniqueísmo mais demagógico e pelo histerismo populista. Entre estes meios de incitamento à indignação violenta conta-se, por exemplo, o de insultar o juiz – por sinal, um titular de um órgão de soberania – que não atribuiu a indemnização que o apresentador, com base em critérios que desconhecemos, reputou de justa para determinado processo, chegando ao ponto de rasgar e pontapear a sentença à frente das câmaras. Ou de ameaçar em directo um presidiário, que alegadamente infligiu maus tratos a um dos participantes, de revelar a cadeia onde está encarcerado para que os outros presidiários possam fazer justiça pelas suas próprias mãos.

Ora, à medida em que o nauseante processo de guerra de audiências entre as televisões privadas vai atingindo níveis sem precedentes – e, neste caso, aproximámo-nos perigosamente do fundo – perante a perplexidade impávida do poder político, das instâncias administrativas reguladoras e da sociedade em geral, adensa-se o sentimento de que Karl Popper tinha razão quando, num livrinho a que deu esse nome, afirmou que “a televisão era um perigo para a democracia”.

A tese de Popper assentava em duas ideias principais: a primeira, de que a guerra de audiências, ao contrário das visões liberais mais optimistas que viam na concorrência um factor de promoção da qualidade, conduziria a cenários malthusianos de degradação contínua da qualidade da programação e, mesmo, da própria ética da programação. Para Popper foi desde cedo evidente que se o Estado se demitisse das suas funções reguladoras e deixasse inteira liberdade às cadeias de televisão para definirem os conteúdos das respectivas grelhas, tal conduziria a que as emissões se tornassem cada vez piores, exponenciando a violência, o sexo e o sensacionalismo dos programas. A segunda, de que a desregulação do fenómeno televisivo consistia em si, pelo poder de influência e manipulação que este meio de comunicação confere, um perigo para as próprias instituições democráticas do Estado.

Estas preocupações têm toda a pertinência quando analisamos o BOMBÁSTICO. Em primeiro lugar, e como foi assinalado por Popper, porque a difusão de programas condimentados com sensacionalismo, sexo e violência produz um fenómeno de arrastamento concorrencial que remete a programação com um mínimo de qualidade, seja de entretenimento, seja informativa, para a marginalidade dos horários ultra-plebeus. Este fenómeno, que Eduardo Prado Coelho tem recorrentemente apontado como limitador da liberdade de fruição cultural por parte de minorias (que cada vez são menos

## DÚVIDAS PARA UM CONTRATO

Enquanto a CONEST paga, a COTEES colabora na elaboração de cadernos de encargos, indica as entidades candidatas à prestação de serviços, coordena e orienta estudos e projectos, pedidos de licenciamento e promove a comercialização do empreendimento.

Porque a COTEES nada investe e nada arrisca, nada nos garante que actue no sentido de garantir os melhores resultados para o consórcio.

Este enquadramento contratual levanta sérias dúvidas à razoabilidade do contrato e sugere que muitas seriam as empresas que gostariam de o ter assinado.

Fala-se em dúvidas de razoabilidade porque, do ponto de vista legal, o Estado não tem, sequer, uma lei que defina as regras para negócios deste tipo. Mas, elas, as dúvidas, ultrapassam o espaço nacional, para se colocarem, também, ao nível europeu. Os princípios da livre concorrência, estabelecidos para toda a Comunidade Europeia, não terão sido ultrapassados?



LEONOR COUTINHO

## BOMBÁSTICO: POPPER TINHA RAZÃO

minoritárias), é evidente entre nós e para isso basta observar que o recurso ao *zapping* contínuo passou a ser a única maneira de aguentar um serão televisivo nos dias que correm.

Em segundo lugar, a exploração demagógica dos receios e frustrações das pessoas, a partir de problemas concretos, relativamente às instituições públicas, muitas vezes desenvolvida sem um mínimo de seriedade ou preocupação por esclarecer que os problemas têm muitas vezes diversas e complexas causas, tem um efeito exponenciador do descontentamento e da desconfiança dos cidadãos relativamente a essas instituições. E isto tanto se passa relativamente à classe política, como, por exemplo, com o sistema judicial. Que vantagem, que não de mercado, terá a SIC em suscitar a indignação popular contra uma sentença de um Tribunal, que é apresentada fora de contexto e sem apresentação dos fundamentos em que a sua produção se baseou? Foi por isso que Popper advogou a implementação de esquemas de controlo e regulação da actividade televisiva. Estava consciente de que o tema colocava questões delicadas, relacionadas com a liberdade de informação, cultural, etc. Mas tinha consciência de que a total ausência de regulação implicava em si mais riscos para esses valores do que a consagração de soluções de regulação estadual democraticamente amparadas.

Saíu hoje no “Público” que a Alta Autoridade para a Comunicação Social considerou inaceitável, por violação de diversas normas aplicáveis à actividade televisiva, a continuidade das emissões do BOMBÁSTICO no actual formato. Ponderou determinar a suspensão do programa, para logo constatar que não tinha habilitação legal para a adopção dessa medida. Acho que chegou a hora de começarmos a falar a sério sobre este problema.



MARK KIRKBY

## O DILEMA DA CONVENÇÃO



**LUÍS MARINHO**

Há muita gente, dentro e fora da Convenção, que hoje se interroga sobre a questão de saber se esta, verdadeiramente, “ainda existe” ou se “politicamente” já acabou.

Isto é, se subsiste a sua matriz “inovadora” e “criativa” de responder aos desafios desta União Europeia sem preconceitos de nenhuma natureza ou, se pelo contrário, a “invenção do futuro” que nos galvanizou há um ano, deu lugar a algum conformismo no presente. Estaremos satisfeitos, confortados e aliviados porque alguém, de fora, “já decidiu por nós”, ou continuamos a acreditar que o destino da Europa também nos pertence e está (continua a estar) nas “nossas mãos”?

Não se trata de “nenhuma crise de existencialismo” que atravesse a Convenção, nem de nenhuma interrogação metafísica sobre o destino da nossa missão naquele Fórum.

Trata-se de reconhecer que, “há vários meses”, fruto da dinâmica e da credibilidade política que granjeou - a que não é estranha a figura e o mérito do Presidente Giscard d’Estaing - a Convenção vem mudando a sua natureza, cada vez menos prospectiva e utópica e cada vez mais pragmática e prosélita.

**A Convenção acaba de sofrer um grande desafio. Ou funde os melhores contributos numa proposta autónoma, própria, intelectualmente independente da geografia da União e será convincente e vencedora, ou se limita a remendar e a polir as arestas de projectos nacionais, dando-lhes brilho europeu.**

Tendências que se acentuam à medida que se aperta o cerco que nos limita a liberdade intelectual, umas vezes de matriz ideológica, outras vezes por razões de Estado e de poder.

Sou dos que acredita que o último contributo franco-alemão que nos chegou, nem por ser de quem é, está condenado a ser o melhor. É um contributo que se funda numa parceria, onde se alicerçou no passado a “força” da Europa. Mas tenho as maiores dúvidas de saber se o modelo de poder bicéfalo sugerido reforça verdadeiramente a “eficácia da decisão política”, com o poder conflitual de dois órgãos de direcção - Comissão e Conselho - a partilharem funções muitas vezes sobrepostas.

É um contributo político que virtualmente favorece a unidade europeia. Mas não sei se ela se pode construir “a duas vezes”. É um modelo que “concentra o poder político” europeu no Conselho, ao mesmo tempo que o renacionaliza, fragilizando-o. É uma solução que sufraga a Europa dos Estados, mas “tem pouco a ver com a Europa dos cidadãos”. É, finalmente uma solução legítima, “mas infelizmente não é igualitária”. Nem respeita os princípios constitutivos históricos da igualdade de Estados, fundamento da cidadania europeia.

Há na Convenção inteligência e capacidade para pôr de pé soluções fortes, democráticas e europeias. “E não está inscrito” na natureza das coisas que as convicções europeias dos cidadãos sejam directamente proporcionais à superfície em quilómetros quadrados ou ao PIB dos Estados -membros.

Todos os que estão na União, ou aqui vão chegar em breve, conquistaram a pertinência à Europa, lutando pela democracia e igualdade, contra hegemonias e ditaduras. Por isso, “não há europeus mais europeus que os outros”.

A Convenção acaba de sofrer um grande desafio. Ou funde os melhores contributos numa proposta autónoma, própria, intelectualmente independente da geografia da União e será convincente e vencedora, ou se limita a remendar e a polir as arestas de projectos nacionais, dando-lhes brilho europeu.

No primeiro caso, ganha-se a história e ganha-se a Europa. No segundo, ninguém mais se lembrará de nós!

## ENTRE OS PINGOS DA CHUVA...



**ANTÓNIO GALAMBA**

Acentua-se na sociedade portuguesa uma forte tendência de incoerência entre o que se disse no passado e o que se concretiza no presente, entre as promessas e a realidade da governação, entre o que se criticava aos governos do PS e o que é a prática da maioria PSD/PP. Tudo num fantástico exercício em que o primeiro ministro, o Governo e a maioria PSD/PP procuram passar entre os pingos da chuva da polémica. Senão, vejamos alguns episódios.

A nomeação de Luís Delgado para CEO da Lusa constitui a ponta do icebergue da estratégia de comunicação do PSD e uma recompensa pelo desgaste político dos governos PS concretizado no “Diário de Notícias”, no “Diário Digital” e nos comentários radiofónicos e televisivos. Na Lusa como em outras empresas de comunicação, a estratégia é salvaguardar as direcções de informação e as chefias de redacção para influenciar através da administração. Basta verificar a reorientação das linhas editoriais de alguns órgãos de comunicação social escrita, para constatar que, num momento em que a fragilidade das relações laborais é crescente, quem paga impõe todas as regras. A próxima nomeação de reconhecimento pelos serviços prestados no passado recente deve ser a do jornalista Camilo Lourenço.

Por mais tanga, rigor e austeridade que o Governo queira propagandear, parece ser evidente a contradição entre o discurso e a existência concreta de assessores de imprensa e comunicação do XV Governo Constitucional que ganham mais do que o presidente da

**Por mais tanga, rigor e austeridade que o Governo queira propagandear, parece ser evidente a contradição entre o discurso e a existência concreta de assessores de imprensa e comunicação do XV Governo Constitucional que ganham mais do que o presidente da Câmara Municipal de Lisboa eleito pelos cidadãos ou de que qualquer secretário de Estado.**

Câmara Municipal de Lisboa eleito pelos cidadãos ou de que qualquer secretário de Estado. Bem pode o “Expresso” noticiar que “Durão corta luxos de Guterres...”, que devolveu 22 carros à Direcção-Geral do Património e reduziu para um terço as respectivas despesas, a verdade é que o primeiro-ministro é o primeiro e último responsável político pelas remunerações dos membros dos Gabinetes; pelo negócio da Falagueira e por, a ser verdade a informação que circula, ter adquirido recentemente viaturas de topo de gama de uma determinada marca enquanto repetia até à exaustão o discurso da contenção.

A coligação PSD/PP prossegue a sua rota de abandono no Governo das posições e comportamentos que defendeu e exigiu aos Governos do PS. Afinal de contas, o abandono do famoso “choque fiscal” foi apenas o primeiro. O último sinal, de muitos ataques aos trabalhadores da Administração Pública, foi dado com o anúncio do eventual fim dos concursos para as chefias. Tudo ficará mais fácil para a reposição em cena do Estado laranja dos tempos do cavaquismo. A aparente passividade dos cidadãos face ao fim anunciado deste tipo de regras destinadas a garantir a despartidarização da Administração Pública, suscita um reflexo sobre se o rigor, a transparência e a tentativa de criar um corpo que, à americana, garanta um funcionamento isento é valorizado pelos portugueses ou se o factor eficácia e confiança política se sobrepõe a tudo o resto. Depois das experiências de governo do Bloco Central e dos governos minoritários do PS, será importante que possamos tirar ilações sobre a forma como exercemos o poder.

Duas notas finais para o financiamento dos partidos políticos e das campanhas e para mais uma indicação de voto de Manuel Vilarinho.

A Assembleia da República debaterá em breve projectos de alteração da Lei dos Partidos Políticos e da Lei de Financiamento dos Partidos políticos e das Campanhas Eleitorais. Neste contexto, será importante que o tradicional discurso dos custos da Democracia tenha uma tradução concreta num amplo consenso em termos de financiamento estatal da actividade corrente dos partidos políticos e de um financiamento mais transparente das campanhas eleitorais. Impõe-se uma atitude corajosa, imune aos comentadores da nossa praça que exigem rigor, mas rejeitam os meios para que os partidos comuniquem directamente com os cidadãos. Impõe-se a coragem de reconhecer limites realistas às receitas e despesas; de criar condições para fiscalizar sinais exteriores de opulência eleitoral e de não embarcar na tentação fácil de afirmar que a situação do País exige que se gaste menos que os actuais valores previstos na lei.

Depois do apelo aos benfiquistas para o voto no PSD, em Rio Maior, Manuel Vilarinho não se coíbiu de anunciar que iria dar mais uma indicação de voto sobre o seu sucessor no Benfica no caso de não se recandidatar. Como no passado, depois da indicação, procurou desmentir a intenção de proceder à indicação. Mais uma trapalhada que felizmente corresponde a um oásis numa gestão que tem procurado introduzir critérios de rigor e seriedade no Sport Lisboa e Benfica.

**As duas presidências traduzem um modelo presidencialista, com predomínio do Conselho, numa lógica perigosa a prazo para a defesa dos interesses comuns.**

**A LÓGICA PERIGOSA DA PRESIDÊNCIA BICÉFALA DA UE**

Em 1989, com o fim da guerra fria, o projecto europeu mudou de natureza. As novas circunstâncias ditavam que a “pequena Europa” cedesse lugar à grande Europa. Os europeus foram chamados a uma nova viagem - plena de sobressaltos e incertezas. É certo que havia o “mercado único”, a livre circulação de pessoas, mercadorias, capitais e serviços, a união económica e monetária, o projecto (e depois a realização) da moeda única, mas, em bom rigor, havia agora a questão essencial da solidariedade com “a outra Europa”, o território do silêncio e do Gulag. O termo da guerra fria não nos deveria conduzir, de novo, a Versalhes, esquecidos de tudo e apenas desejosos do calor caseiro. O dilema aprofundamento ou alargamento deixou de fazer sentido. Em teoria, o alargamento deveria dar tempo ao tempo. Mas o centro e o leste da Europa já lá estavam, à espera, como jovens democracias - a tentar refazer a “primavera dos povos”, agora como deveria ser. Num mundo perigoso, os europeus eram (e são) chamados a criar, antes de tudo, um espaço de paz e segurança em todo o continente. A moeda única é uma âncora. As cooperações reforçadas poderão ser factores de coesão, mas o primeiro objectivo é regular estavelmente a balança da Europa.

Há quem ainda não compreenda esta verdade elementar - ou criamos um espaço de paz e segurança, com a definição de interesses vitais comuns, com uma cláusula de segurança colectiva, com uma relação atlântica positiva e descomplexada (pois o unilateralismo americano contraria-se com bom senso e sentido prático na Europa), com pensamento próprio e objectivos realistas, ou semeamos as bases da fragmentação e da cizânia. Por isso, a questão turca não pode ser apreciada à luz de uma teoria sobre os métodos e os calendários ideais, mas sim à luz de um necessário equilíbrio político europeu, que passa decisivamente pelo Mediterrâneo Oriental. E quem fala de espaço de paz, tem de apontar também para uma zona de desenvolvimento sustentável e de coesão económica e social e para um espaço de diversidade cultural.

Quando em Laeken (2001) foi lançado o novo método da Convenção Europeia muitos descreeram. Hoje, os mais cépticos esperam para ver. O mandato está felizmente ultrapassado e a Conferência Intergovernamental (CIG) vai ser condicionada pela que a Convenção decidirá. A Comissão Europeia apresentou contributos relevantes, no sentido do equilíbrio. Valéry. Giscard d’Estaing pede audácia. E a convergência franco-alemã acaba de apresentar um contributo - que irá animar os debates sobre a arquitectura institucional. Importa, porém, ler exactamente o que está nessa proposta - e tentar perceber o porquê das soluções preconizadas, sem ilusões nem conclusões prematuras.

Há a tentação do directório? Há uma fractura entre grandes e pequenos Estados? Há um processo subtil de sedução a alguns pequenos e médios países? Neste momento, o mais importante não é tentar vislumbrar os processos de intenção, mas delinear um processo exigente de negociação que permita uma solução solidamente consensual. Os termos do debate foram alterados agora. O método convencional, para funcionar, vai ter de suscitar o contraditório e a emergência de várias alternativas. Na Europa haverá sempre tentações directoriais - cabe aos europeus afastá-las. Haverá igualmente a tentação para opor os grandes e os pequenos. E também existirá um poderoso jogo de sedução dos maiores. Não tenhamos ilusões relativamente a qualquer desses pontos.

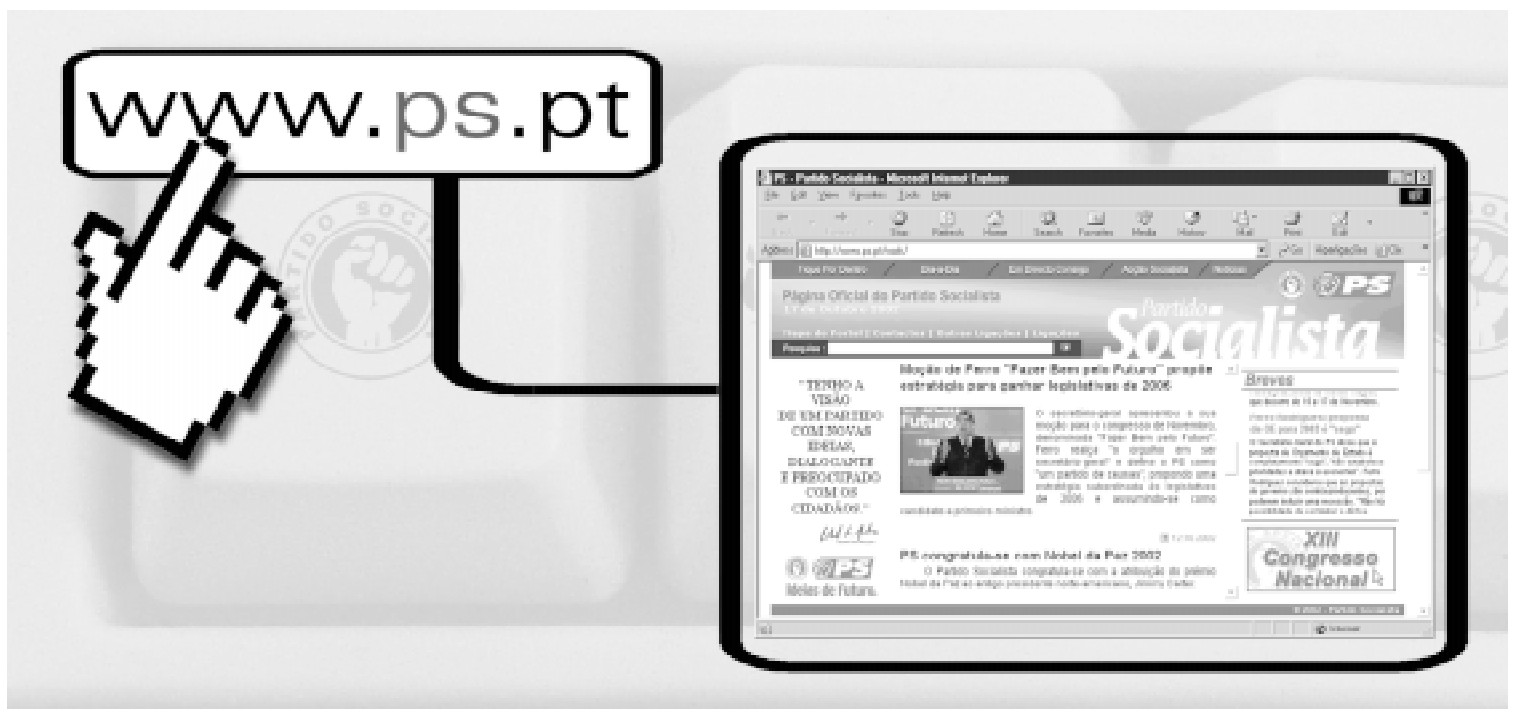
O que é positivo no documento franco-alemão? A afirmação constitucional de “instituições comuns fortes” que defendam os interesses comuns, de uma “comunidade de valores e de direito em que os cidadãos se revejam, a exigência de uma política externa, de segurança e de defesa eficaz e

respeitada, o princípio da maioria qualificada, para evitar os bloqueios, mais fáceis a 25, ou o reforço dos poderes de acompanhamento dos parlamentos nacionais, em nome da subsidiariedade e da proporcionalidade...

O que é negativo no documento? Há um factor sério de preocupação - o da emergência de um segundo centro executivo que se ocuparia das questões mais nobres da União, subalternizando a Comissão, tornada mero órgão de gestão. Isto contraria, em substância, o “método comunitário”. As duas presidências traduzem um modelo presidencialista, com predomínio do Conselho, numa lógica perigosa a prazo para a defesa dos interesses comuns. A Constituição da União Europeia, uma lei fundamental de novo tipo para uma democracia supranacional, deve consagrar um equilíbrio maior (nítido e simples) entre Conselho e Comissão e uma separação de poderes - que exigirá, por exemplo, que a legitimação da Comissão pelo Parlamento Europeu se deva fazer sob proposta do Conselho (em lugar da proposta, confusa e artificial, agora feita). Se falamos de Constituição e de tradição constitucional, importa tornar claro que falta, por exemplo, no exercício de competência legislativa, a expressão da dupla legitimidade (dos Estados e dos Povos). Torna-se, por isso, indispensável discutir (como há muito sustento) a questão da segunda câmara legislativa e a do voto paritário na representação dos Estados. É indispensável que a igualdade entre Estados esteja presente numa das legitimidades intervenientes no poder legislativo. Pode ser esse, aliás, um dos caminhos para compensar o fim das presidências rotativas... O debate terá de ser claro e franco. Os cidadãos têm de ficar cientes de que há duas legitimidades e duas soberanias em que intervêm. A União deve ser de Estados soberanos e de Povos e cidadãos livres e iguais.



**GUILHERME D’OLIVEIRA MARTINS**



# A SEMANA PREVISTA

No âmbito do Grupo Parlamentar do PS, realiza-se hoje um encontro promovido pelo Clube Parlamentar, subordinado ao tema "A Justiça na União Europeia", que terá como orador convidado António Vitorino.

Ferro Rodrigues reúne-se também hoje com Durão Barroso para "alargar o consenso europeu" em Portugal, face ao processo de reforma institucional da União Europeia.

Os secretários nacionais do Partido Socialista têm previsto para a próxima segunda-feira um almoço com o fundador do partido Mário Soares.

O secretário-geral do Partido Socialista recebe em audiência o líder do Grupo Parlamentar do PSOE, Jesus Caldera, que se desloca a Portugal a convite dos deputados socialistas portugueses nos próximos dias 29 e 30 de Janeiro.

Jorge Coelho vai estar presente na sessão de abertura do II Encontro de Autarcas promovido pelo PS/Cascais, que terá lugar no próximo sábado, subordinado ao tema "Cascais Hoje, após um ano de mandato autárquico".

## ACÇÃO SOCIALISTA

### INFORMAÇÕES ÚTEIS

#### FEDERAÇÕES DO PS

**BAIXO ALENTEJO**  
TEL 284 32 34 47 FAX 284 32 16 22

**BRAGANÇA**  
TEL 273 32 42 20 FAX 273 33 10 92

**CASTELO BRANCO**  
TEL 272 34 44 59 FAX 272 32 65 95

**ÉVORA**  
TEL 266 70 22 72 FAX 266 74 19 24

**FARO (Região Oeste)**  
TEL 261 32 35 98 FAX 261 31 56 20

**GUARDA**  
TEL 271 21 29 69 FAX 271 22 30 37

**LEIRIA**  
TEL 244 82 26 62 FAX 244 82 41 65

**PORTALEGRE**  
TEL 245 20 14 21 FAX 245 20 32 22

**VIANA DO CASTELO**  
TEL 258 82 40 86 FAX 258 82 40 86

**VILA REAL**  
TEL 259 32 25 86 FAX 259 32 64 92

**MADEIRA**  
TEL 291 22 56 12 FAX 291 23 00 25

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

#### FICHA TÉCNICA

Director Augusto Santos Silva

Director-adjunto Silvino Gomes da Silva  
silvino@partido-socialista.pt

Redacção J.C. Castelo Branco  
castelobranco@partido-socialista.pt  
Mary Rodrigues  
maryr@partido-socialista.pt  
Paulo Pisco

Secretariado Virginia Damas

Grafismo Miguel Andrade

Paginação electrónica Francisco Sandoval  
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica Joaquim Soares  
José Raimundo  
Francisco Sandoval

Internet [www.ps.pt/accao](http://www.ps.pt/accao)  
E-mail [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)

Redacção, Administração e Expedição Avenida das Descobertas 17  
Restelo - 1400-091 Lisboa  
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA  
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

NOVA EDIÇÃO  
**PORTUGAL SOCIALISTA**

Já disponível em  
<http://www.partido-socialista.pt/partido/impressao/portugal/>